

Associação de Jardins-Escolas João de Deus

REGULAMENTO INTERNO

PARA A VALÊNCIA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Ano letivo: 2015/2016



Aprovado em Reunião de Direção
(17 de setembro de 2015)



Índice

BREVE HISTORIAL DA INSTITUIÇÃO	5
Um Modelo Humanista	5
Menções Honoríficas Atribuídas à Instituição	6
REGULAMENTO INTERNO PARA A VALÊNCIA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO ..	23
1 — Normas Gerais	23
Artigo 1.º Objeto	23
Artigo 2.º O Jardim-Escola João de Deus	23
Artigo 3.º Comunidade Educativa do Jardim-Escola João de Deus	23
Artigo 4.º Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus	24
Artigo 5.º Diretor ou Conselho Diretivo do Jardim-Escola	25
Artigo 6.º Conselho de Docentes	28
Artigo 7.º Direitos e Deveres dos Docentes	30
Artigo 8.º Direitos e Deveres do Pessoal Não Docente	34
Artigo 9.º Direitos e Deveres dos Encarregados de Educação	37
Artigo 10.º Direitos e Deveres dos Alunos	40
Artigo 11.º Avaliação do Desempenho dos Docentes	45
Artigo 12.º Reuniões com os Encarregados de Educação	45
Artigo 13.º Visitas de Estudo	46
Artigo 14.º Doença e Acidente dos Alunos	47
Artigo 15.º Secretaria	48
Artigo 16.º Inscrições e Matrículas	48
Artigo 17.º Formação de Turmas	50
Artigo 18.º Critérios de Prioridade na Admissão	51
Artigo 19.º Lista de Espera	51
Artigo 20.º Calendário Escolar	52
Artigo 21.º Horários de Funcionamento do Jardim-Escola	52
Artigo 22.º Acesso, Circulação e Saídas do Recinto Escolar	53
Artigo 23.º Seguro Escolar	54
Artigo 24.º Circuitos de Informação Interna e Externa	55
Artigo 25.º Transportes	56



Artigo 26.º Plano de Segurança Interno	56
Artigo 27.º Normas para Execução do Plano de Evacuação	57
Artigo 28.º Outras Regras	57
Artigo 29.º Metodologia para a Gestão de Reclamações.....	57
Artigo 30.º Apoios Especializados	59
Artigo 31.º Situações de Negligência, Abusos e Maus Tratos	66
Artigo 32.º Metodologia para a Gestão e Prevenção de Situações de Negligência, Abusos e Maus Tratos	69
2 — Normas Específicas para a Valência do 1.º Ciclo.....	73
Artigo 33.º Promoção do Sucesso Escolar	73
Artigo 34.º Currículo	74
Artigo 35.º Avaliação dos Alunos.....	74
Artigo 36.º Processo Individual do Aluno.....	85
Artigo 37.º Processo Administrativo do Aluno.....	86
Artigo 38.º Outros Instrumentos de Registo.....	87
Artigo 39.º Secretariado de Exames e de Provas.....	87
Artigo 40.º Regime de Faltas dos Alunos	88
Artigo 41.º Medidas Disciplinares	91
Artigo 42.º Prestação de Serviços Educativos.....	94
Artigo 43.º Atividades de Prolongamento	94
Artigo 44.º Cálculo das Comparticipações Familiares	94
Artigo 45.º Pagamento de Frequência.....	100
Artigo 46.º Condições de Cessação e Rescisão Contratual	102
Artigo 47.º Considerações Finais	102
HINO JOÃO DE DEUS	103



BREVE HISTORIAL DA INSTITUIÇÃO

Um Modelo Humanista

A Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, fundada pelo mecenas Casimiro Freire, em 1882 (quando 80% da população portuguesa era iletrada), alfabetizou, desde a sua fundação até 1920, vinte e oito mil adultos e crianças. Acompanharam-no nessa iniciativa destacadas personalidades, como João de Barros, Bernardino Machado, Jaime de Magalhães Lima, Francisco Teixeira de Queiroz, Ana de Castro Osório, Homem Cristo, entre outros. Jaime Cortesão escrevia: *“O culto de João de Deus, esse, é mais íntimo, mas não menos fecundo. Em volta do nome do grande lírico, autor da Cartilha Maternal, juntaram-se muitos professores, intelectuais, artistas e construtores que lançam os verdadeiros alicerces da pátria”*. Em 1908, por proposta de João de Deus Ramos, filho do poeta-educador, passou a designar-se: "Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas".

Em 1917, foi inaugurado o Museu João de Deus, projeto de Escola-Monumento (da autoria de Raul Lino e hoje classificado património de interesse municipal), ao qual se associaram numerosos intelectuais e artistas, entre os quais João de Barros e Afonso Lopes Vieira.

A partir de 1920, a Associação de Jardins-Escolas João de Deus enriqueceu o número de alfabetizados, com mais 135 640 crianças. Nesse ano, iniciou-se a formação de Educadores de Infância, mas só em 1943 seria fundado, com carácter sistemático, o primeiro Curso de Didáctica Pré-Primária (designação de João de Deus Ramos). Vinte anos depois, começa a funcionar um Curso de Auxiliares de Educação Infantil (extinto em 1980), no intuito de evitar que as crianças estivessem entregues a vigilantes sem preparação especializada.

Exemplo de respeito pela obra desta instituição (hoje Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS), dedicada à Educação e à Cultura, foi, sem sombra de dúvida, a atitude de um dos principais apóstolos do salazarismo, o ministro Carneiro Pacheco, que, em 1936, decretou o encerramento das escolas do Magistério Primário, não se atrevendo, dado o peso e o reconhecimento públicos desta instituição, a encerrá-la, admitindo, por Decreto-Lei de 15 de Agosto de 1936, "... o respeitoso projeto de responsabilidade e honestidade dessa instituição".

A criação, por diploma legal de 9 de Novembro de 1988, da Escola Superior de Educação João de Deus, ministrando os cursos de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Básico – 1.º Ciclo representou novo ponto alto no historial da instituição.

A aposta num crescimento sustentável, em que a qualidade do ensino e as novas ofertas educativas continuaram a ser uma preocupação desta centenária instituição, tem sido



reconhecida e respeitada, quer no plano nacional quer internacional. O enorme esforço que tem sido efetuado por esta Instituição na procura de um caminho que conduza ao conhecimento e à responsabilidade ética da ciência continuam, assim, inscritos na sua matriz. A prová-lo, a diversidade de oferta de cursos segundo o Modelo de Bolonha:

- **Licenciatura (1.º Ciclo de Estudos)**
 - Educação Básica
- **Mestrados em Ciências da Educação (2.º Ciclo de Estudos)**
 - Supervisão Pedagógica
 - Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor

A Associação de Jardins-Escolas João de Deus e a sua Escola Superior de Educação João de Deus têm ao seu serviço 1058 colaboradores, entre educadores, professores, auxiliares de educação e outros colaboradores, cuja atividade se reparte pelos 55 Centros Educativos (2015), de que fazem parte, para além dos Jardins-Escolas, um Museu, uma Casa Museu e duas Ludotecas itinerantes.

Desde a fundação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus e posteriormente dos Jardins-Escolas com o mesmo nome, já foram matriculados mais de 200 000 alunos.

A faixa etária de frequência escolar faz-se entre os 4 meses e os 12 anos. Os alunos usufruem de duas refeições diárias e de múltiplas atividades extracurriculares.

A Associação de Jardins-Escolas João de Deus organiza, anualmente, cursos de formação contínua para os seus colaboradores, visitas de estudo a centros educativos em Portugal e no estrangeiro, procurando assim manter-se atualizada no que diz respeito aos padrões do melhor que se pratica no Mundo nos níveis de conhecimento científico e pedagógico.

Menções Honoríficas Atribuídas à Instituição

- 1991 – Menção Honrosa no Grau de Diploma de Mérito Pedagógico, atribuída pelo Ministro da Educação, Roberto Carneiro, à Associação de Jardins-Escolas João de Deus "por distinção no desempenho da sua atividade, contribuindo marcadamente para a melhoria da qualidade do ensino e da educação".

Transcreve-se o texto publicado no Diário da República n.º 71, de 26 de março de 1991, II.ª Série:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. Desp. 32/IME/91. – A Associação de Jardins-Escolas João de Deus é uma instituição de utilidade pública e assistencial, inteiramente devotada ao serviço da educação do povo e dos alunos portugueses. É esta



instituição sucedânea da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, fundada em 1882 por destacadas individualidades do tempo, como Casimiro Freire, Bernardino Machado, Jaime de Magalhães Lima, Francisco Teixeira de Queiroz, Ana de Castro Osório, entre outros, e que alfabetizou, entre 1882 e 1920 mais de 28 000 adultos e crianças. Em 1908 esta Associação passou a designar-se Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas e indicava nos seus estatutos a necessidade de "instituir Jardins-Escolas para alunos de 3 a 7 anos, onde fossem aplicados, em toda a sua plenitude, o espírito e a doutrina da obra educativa de João de Deus, modelando assim um tipo português de escola infantil.

Na sequência deste propósito foi criado, em 1911, o primeiro Jardim-Escola João de Deus, o que constitui uma medida de grande alcance social e pedagógico e que representou uma tentativa bem sucedida de instituir um modelo de educação infantil em Portugal. A este, muitos outros jardins-escolas se seguiram, num contributo generoso, criativo e de alto valor pedagógico para o desenvolvimento do Ensino Pré-Primário.

Desde o início da sua criação, os Jardins-Escolas João de Deus têm desenvolvido uma obra de grande alcance social e pedagógico, prestando um inestimável contributo à Educação Pré-Escolar.

Instituídos num contexto em que assumia particular interesse a valorização da cultura popular e o combate ao analfabetismo, e evoluindo num permanente apego ao estudo da infância, os já em número de 30 Jardins-Escolas João de Deus espalhados pelo País têm alcançado objetivos que se integram nas mais inovadoras propostas psicopedagógicas. É, pois, de inteira justiça o reconhecimento da obra realizada e do contributo prestado à educação e cultura nacionais. Assim, nos termos do disposto nos art.º 4.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei no 288/88, de 23 de Agosto, atribuo à Associação de Jardins-Escolas João de Deus a Menção Honrosa no Grau de Diploma de Mérito Pedagógico. 813191. – O Ministro da Educação, Roberto Carneiro.

- 1997 – Menção de Honra do Prémio Noma, outorgado por ocasião do Dia Internacional de Alfabetização, à Associação de Jardins-Escolas João de Deus, pelo Júri Internacional dos Prémios de Alfabetização da UNESCO, "por ter criado um clima acolhedor e propício à aprendizagem, a Escola sendo considerada como o reflexo da sociedade, aberta a todos sem distinção, num espírito de fraternidade e de educação cívica" e "por ter fundado o seu método sobre o estudo da língua materna permitindo aos interessados, quer sejam adultos ou alunos, aprender a ler, a escrever e contar mais facilmente, encorajando a criatividade e expressão e a aprendizagem pela ação".



À l'Association des Jardins d'Enfants João de Deus du Portugal, organisation non gouvernementale à but non lucratif, fondée en 1882, qui a mis en œuvre l'alphabétisation des adultes et des enfants (...) pour avoir fondé sa méthode sur l'étude de la langue maternelle permettant aux intéressés, qu'ils soient adultes ou enfants, d'apprendre à lire, écrire et compter plus facilement, en encourageant la créativité, l'expression et l'apprentissage par l'action.

- 2004 – Prémio MANUS CAIS – 1.º lugar na categoria "Organizações e Instituições Sociais", com o projeto "Programa ATL Itinerante – Ludotecas João de Deus", correspondente à "Instituição mais Solidária".
- 2007 – *Alcuin Award* – Prémio atribuído às Ludotecas João de Deus pelo seu contributo para a Educação em Portugal pela *European Parents Association* – EPA (atribuído pela primeira vez a uma instituição portuguesa).

Alcuin, monge inglês, fundador da escola de York, nomeado pelo Imperador Carlos Magno como responsável pelo estabelecimento de instituições de ensino, por toda a Europa, nos finais do Séc. VIII, é considerado historicamente como tendo sido o primeiro-ministro da Educação na História Europeia.

- 2008 – Prémio Gulbenkian Educação

Por ocasião do 50.º aniversário da Fundação Calouste Gulbenkian foram instituídos quatro prémios que reafirmam a fidelidade ao desígnio de Calouste Gulbenkian, correspondendo às quatro áreas estatutárias estabelecidas no seu testamento, que são as esferas de atuação da Fundação. "(...) O Prémio Gulbenkian Educação distinguiu, de entre as várias candidaturas, os mais de 125 anos de serviços prestados à Educação e ao Ensino da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, fundada em 1882 pelo mecenas Casimiro Freire. Gerindo-se por um modelo próprio de aprendizagem, o Método João de Deus, criou uma Escola de Formação de Educadores de Infância e do 1.º Ciclo, mantendo em funcionamento 46 centros educativos e duas ludotecas itinerantes em bairros socialmente desfavorecidos. O júri foi presidido por Maria Helena da Rocha Pereira e teve a participação de Guilherme d'Oliveira Martins, João Filipe Queiró, Lídia Jorge e Vítor Aguiar e Silva."

É – ou devia ser – um lugar comum considerar que a educação está na base do futuro de um país, podemos mesmo dizer, do futuro do mundo. Uma educação que principie na infância e vá, tanto quanto possível, até à idade adulta, visando formar cidadãos, não só sob o ponto de vista intelectual, mas também moral e social, ou seja, em toda a amplitude do conceito que, há mais de vinte séculos, Varrão e Cícero definiam como



humanista. É esse o estado de espírito plenamente desenvolvido a que o homem pode aspirar.

Como realizá-lo em contextos tão diversos e em seres muitas vezes desigualmente dotados tem sido o grande desafio dos educadores de todos os tempos.

Que a nossa sociedade não se mantém alheia a essa problemática, e que várias associações particulares a ela se têm dedicado com perseverança e espírito de serviço, mostra-o o número crescente de concorrentes ao Prémio Gulbenkian de Educação, o que por vezes torna difícil a escolha.

Porém a entidade galardoada deste ano não deixa dúvidas quanto à eficácia dos seus métodos, à durabilidade da sua atuação, à capacidade inovadora dos seus dirigentes. A qualidade do seu trabalho tem, de resto, sido comprovada pelas menções honoríficas recebidas da parte de instituições nacionais e internacionais, entre as quais a UNESCO e a European Parents Association.

Trata-se, como todos sabem da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, que, ainda com o título de Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, só entre 1882 e 1920 conseguiu ensinar a ler e escrever cerca de vinte e oito mil adultos e crianças.

Ao longo dos mais de cento e vinte anos que, com esta designação ou com outra – mas sem nunca lhe faltar o nome do patrono –, o método tem sido aplicado com êxito, e a sua esfera de ação sucessivamente ampliada. E assim, desde que em 1911 se fundou em Coimbra o primeiro Jardim-Escola, já hoje se eleva a quarenta e seis o número de instituições dessas, situadas em diversas localidades do país.

Mas a sua atuação não se limita aos muros da escola, porquanto longe dela existem sempre outras crianças ou jovens em perigo. Para essas se criaram as Ludotecas João de Deus I e II, para adaptar a ação educativa a quadros sociais diferentes. De carácter itinerante, podem constituir centros de atração motivadora de um outro comportamento. No entanto, para exercer qualquer destas funções, torna-se necessário preparar mestres capazes. Para essa finalidade se têm criado cursos de crescente amplitude. E assim foram sucessivamente abertos o Curso de Didáctica Pré-Primária (em 1920), o de Educadores de Infância e de Professores do Ensino Básico – 1.º Ciclo (estes em 1988). Outros se lhes têm acrescentado, como o de Estudos Superiores Especializados e o Curso de Mestrado em Administração Escolar. Muito significativos e promissores são os pedidos de colaboração vindos dos cinco países africanos lusófonos, o que tem permitido preparar docentes dessa origem em Língua Portuguesa, Matemática e Gestão e Administração Escolar. A todas estas iniciativas sumariamente indicadas deve juntar-se a

existência, desde há longos anos, de dois museus em Lisboa, um na área bibliográfica e das artes, alojado em edifício circular, expressamente traçado por Raul Lino, espécie de Escola-Monumento, já classificado como património nacional; e outro, a Casa João de Deus, para preservar a memória do poeta.

Outros projetos estão hoje em curso, o que é prova da vitalidade desta Associação. Mas o facto de termos recordado a pessoa emblemática de João de Deus encaminha-nos também para outras reflexões.

É que desde 1876, ano em que foi publicada a Cartilha Maternal, que preconizava um novo método global de leitura – e não obstante a polémica então suscitada, o método tem seguido fundamentalmente esse caminho adaptando-se às necessidades dos nossos tempos, como uma planta que vai crescendo e lançando ramos em todas as direções. É belo reconhecer que esse desenvolvimento se tem processado sob a orientação da mesma família, primeiro graças ao filho do próprio autor do Campo de Flores, e atualmente sob a direção do seu neto.

A continuidade no bem é prova rara de excelência. Que ela possa manter-se, afirmar-se e ampliar-se são os nossos votos.

Discurso de Maria Helena da Rocha Pereira, Professora Jubilada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, proferido por ocasião da cerimónia de entrega dos Prémios Gulbenkian 2008.



Discurso de Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, por ocasião do 120.º Aniversário da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, 15 de Maio de 2002.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com o maior prazer que me associo a esta Sessão Solene comemorativa do centésimo vigésimo aniversário da Associação de Jardins-Escolas João de Deus.

Com a minha presença nesta cerimónia, bem como com a visita que farei daqui a pouco ao primeiro Jardim-Escola João de Deus criado em Lisboa, quero homenagear a iniciativa dos homens e mulheres que nesta Associação, ao longo da sua existência, defenderam ideias e deram corpo a numerosos projetos com os quais a história da educação em Portugal ficou mais rica.

Quero manifestar o meu reconhecimento pelo assinalável contributo da vossa Associação para a democratização da educação em Portugal. Contributo que foi marcante desde a sua criação, em 1882, e ao longo da sua história. É de assinalar o papel da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, para combater o analfabetismo, cujo nível atingia, nesse momento, quase 80% da população portuguesa.

A alfabetização de mais de vinte e oito mil adultos e crianças foi exemplar. Numa atitude inovadora, o acesso à educação era assumido pelos seus prestigiados fundadores como meio para a dignificação dos portugueses. O empenho cívico e a coerência com que traduziram em atos o pensamento político e pedagógico constituem uma lição. Quero, em segundo lugar, homenagear o pioneirismo desta Associação na promoção da educação da infância. As iniciativas desenvolvidas desde 1911, neste domínio, foram da maior relevância.

Permitam-me que afirme nesta casa dedicada, desde as primeiras décadas do século XX, à infância e, em particular, à educação pré-escolar, a importância que atribuo a este nível de ensino para o desenvolvimento das potencialidades de todas as crianças. Considero, por isso, essencial que se prossigam os esforços necessários para o alargamento do acesso e para o aperfeiçoamento da educação pré-escolar.

Todos sabemos que a infância é uma idade decisiva. A educação promovida pelas escolas, ou a ausência dela, a ação da família, a socialização efetuada nos espaços informais definem muito do que será o futuro das crianças e o seu desenvolvimento. Considero que a educação pré-escolar é essencial para desenvolver a capacidade de pensar e para a

aprendizagem da cidadania, designadamente através da vivência das regras da vida em comum, da partilha dos espaços, do conhecimento e para a aceitação das diferenças.

Ao terminar esta intervenção quero associar-me à merecida homenagem que hoje prestam ao ilustre poeta João de Deus, autor de uma vasta obra literária e pedagógica, designadamente da célebre Cartilha, que deu origem a um método de aprendizagem, de grande difusão e mérito. A obra, associada à coerência política, tornaram-no a maior referência pedagógica do século XIX.

Quero também saudar, na pessoa do Dr. António de Deus Ponces de Carvalho, a ilustre família de pedagogos, que desde o final do século XIX contribuem para melhorar a educação em Portugal, com empenho cívico, propostas políticas, projectos e acções. Desejo-vos as melhores felicidades para o futuro.



"O João, com esta cabeça pequenina, há-de ir longe..."

João de Deus referindo-se a seu filho que, ainda criança, se revelava precoce.

João de Deus Ramos e a sua Época

Nascido nos anos 70 do século XIX, anos que viram nascer inúmeras personalidades eminentes em matéria de educação, João de Deus Ramos foi também um homem da primeira metade do século seguinte, que costumava apelidar, carinhosamente, de "o século da Criança".

Admirava intensamente os educadores ligados à Escola Nova, sobretudo A. Ferrière: as suas ideias e a sua obra permitem considerá-lo o representante português desta escola.

Seguia Ferrière, mas queria produzir uma obra original e portuguesa. Afirmava, frequentemente: "Rejeito toda a cópia servil do que se faz no estrangeiro, à excepção, contudo, daquilo que é universalmente adotável ou adaptável". Consciente, à época, da preservação da identidade cultural e dos valores próprios de cada nação, tal como o escritor português Almeida Garrett defendia que: "Nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional". Em 1909, lança o que seria a primeira iniciativa para pôr em marcha o sonho de inaugurar o 1.º Jardim-Escola João de Deus. "Dia-a-dia, hora a hora, sem desfalecimentos, sem a menor hesitação, João de Deus Ramos foi erguendo, a pouco e pouco, esse Jardim-Escola de Coimbra, primeiro em Portugal" (Joaquim Manso, 1911).

Contemporâneo de Decroly e de Maria Montessori, João de Deus Ramos foi o impulsionador, em Portugal, de um movimento de interesse pelas crianças de idade inferior a seis anos. Afirmava que "o abandono das crianças, sob o ponto de vista cultural, antes da idade (7 anos), não é só uma lacuna que os Jardins-Escolas se propõem preencher, mas um grave erro a corrigir".

Para além dos Jardins-Escolas João de Deus, fundou, no Estoril, em 1928, com João Soares, uma grande escola primária e secundária – o "Bairro Escolar", inspirado no exemplo da escola de *Roches*, de E. Demolins. O projeto revestia-se de um carácter inovador e interessante, uma vez que o ensino secundário não se encontrava divulgado e muitas crianças e adolescentes teriam que prosseguir os seus estudos dentro do internato. Assim, no "Bairro Escolar" existiu um centro pré-escolar, uma escola primária, um liceu e as vivendas onde os alunos viviam como em família, dormindo em quartos de duas e três camas. Infelizmente, uma incompatibilidade de visões entre os sócios sobre a educação e o papel dos alunos, aliada a dificuldades financeiras vieram interromper esse inovador projeto.



Muitos foram os que reconheceram a João de Deus Ramos capacidades intelectuais, cívicas e políticas de elevado nível. Júlio Dantas, em 1896, afirmava: "João de Deus e João de Deus Ramos são dois grandes nomes da história da pedagogia portuguesa: um o pensamento, o outro a ação; um criou o método, outro a escola". Foi este reconhecimento público do seu trabalho que o levou a referir-se a si ironicamente: "Depois de João Sem-Medo e de João Sem-Terra, eis aqui o João Sem-Nome".

"É preciso que o povo saiba ler e escrever, é preciso motivar os políticos para a execução desses princípios". Por esta ideia lutou toda a vida: Ministro da Instrução Pública (1920), Ministro do Trabalho (1925), antes havia ocupado em duas legislaturas o lugar de deputado em São Bento. Exerceu, também, por duas vezes, o cargo de Governador Civil. Em 1953, data do seu falecimento, João de Deus Ramos tinha realizado o seu "sonho": a criação de 11 Jardins-Escolas.



Linhas de Força do Método João de Deus¹

O que é hoje o Método João de Deus deve-se, em grande medida, às ideias pedagógicas do Poeta João de Deus (1830/1896), de seu, filho João de Deus Ramos (1878/1953), de sua neta, Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho (1916/1999), agraciada com os graus de Comendador (1985) e de Grande-Oficial da Ordem de Instrução Pública (1990), e que desempenhou, até 8 de dezembro de 1999, data do seu falecimento, as funções de Presidente da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, e de seu bisneto, António de Deus Ramos Ponces de Carvalho, eleito em 1984 Vice-Presidente, cargo que desempenhou até 2000, quando assumiu, por eleição, o cargo de Presidente da Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, e que é também, desde 1987, Diretor da Escola Superior de Educação João de Deus, cargos que desempenha até à presente data.

Em 2005, António de Deus Ramos Ponces de Carvalho foi agraciado pelo Presidente da República com o Grau de Comendador da Ordem de Mérito da Instrução Pública e por Dom Duarte de Bragança, Chefe da Casa Real Portuguesa, com o Grau de Comendador da Ordem de São Miguel da Ala (Fundada por El-Rei D. Afonso Henriques, em 1147).

1. Ambiente

A traça arquitetónica dos primeiros edifícios, expressamente estudada para tal fim, era de um estilo verdadeiramente nacional, e até mesmo regional. João de Deus Ramos considerava que a criança aceitaria melhor a escola se a "fisionomia" desta se assemelhasse à da sua própria casa. A adaptação faz-se assim mais facilmente e atenta-se, também, a que a escola seja à escala da criança, para que esta se sinta confortável. Preocupava-se muito com o edifício: rejeitava os corredores longos e as escadas, aconselhava cores suaves, janelas grandes, espaço suficiente, mas não demasiado. A decoração era confiada a artistas, mas deveria ser discreta. O edifício deveria ser circundado por um jardim, sem vizinhos demasiado próximos; as janelas permitiriam uma ligação com a natureza, as árvores, o céu. O jardim, segundo ele, devia ser seis vezes maior que o edifício, para permitir a realização de atividades em pleno ar livre e mesmo, por vezes, o cultivo de legumes e flores. "Que alegria no dia em que se comem as maçãs que vimos crescer! E que lição bem aprendida!".

A pedagogia fala muito da escola ativa e da importância da criação de um ambiente rico e de bom gosto estimulando o espírito da criança e o seu sentido de harmonia e equilíbrio. João de Deus Ramos já defendia, à época, os princípios e os movimentos da pedagogia atual: preservação da identidade cultural, necessidade de cuidar e preparar convenientemente o ambiente, tanto no

¹ Adaptado da obra: Carvalho, A. Ponces de 1990 - *La Pedagogie de João de Deus Ramos (1878/1953)*. Lisboa: ESE João Deus,



plano físico como nos seus aspetos humano e cultural. No plano físico, pretendia um ambiente muito alegre, luminoso e florido. Aceita a ideia de Froebel e o nome de Kindergarten (Jardim de Infância), não como uma imagem retórica, mas como uma necessidade de ligação entre a natureza e a criança. Não se trata de comparar a criança a uma flor, mas de constatar o entusiasmo das crianças perante as flores. O nome froebeliano de jardim-escola evoca isso mesmo.

Animais, não! Dado que não podemos tê-los presos e mal alojados na escola. Os animais poderão sofrer e a criança não pode sentir-se culpada por esta situação de sofrimento de outros seres. Será prejudicial na formação da sua sensibilidade. Por vezes, um pequeno peixinho vermelho, ou outro animalzinho já nascido em cativeiro, poderá dar uma nota de cor e movimento dentro da sala de aula. Poder-se-á fazer criação de bichos-da-seda. Para os alimentar será necessário que exista uma amoreira no jardim.

Defendia estes princípios com paixão. Prova disso são os alunos que amam a escola e estão felizes neste ambiente, nos planos educativo, humano e social.

2. Escola e Sociedade

Segundo João de Deus Ramos, a escola deveria ser a imagem da sociedade desde a creche. Democrata, pretendia acabar com as escolas de elites. Em 1911, ano de abertura do primeiro Jardim-Escola João de Deus, o País saía da monarquia e as suas ideias não encontrariam senão um pequeno eco.

João de Deus Ramos não admitia a discriminação política na escola. A escola era para todos, ricos ou pobres, de todas as raças, de todas as crenças religiosas ou políticas. Criou, assim, o conceito de "bibe". Um bibe aos quadrados, com cores diferenciadas para cada idade esbatia as diferenças de traje que, à época, eram por vezes muito acentuadas. Todos os alunos deveriam almoçar na escola, o que, segundo João de Deus Ramos, poupava o cansaço das deslocações e favorecia a socialização e hábitos alimentares saudáveis. Tudo era explicado: o que se comia, as razões de uma alimentação variada...

João de Deus Ramos desejava que se cultivassem na escola verdadeiros laços de fraternidade e solidariedade. Preconizava uma disciplina muito doce, sem prémios nem castigos. Esta disciplina, a que chamava de "ativa", devia ser, sempre que possível, orientada como uma verdadeira educação cívica, onde os próprios alunos organizavam a vida na escola, os jogos, as refeições...



3. Educação Cívica

O raciocínio e a lógica ao nível da compreensão dos alunos

A disciplina, compreendida como o modo de viver bem consigo mesmo e com os outros, era mantida sem prémios nem punições e contribuía para a formação do carácter. "Prémios": são fonte de vaidade e de inveja e deturpam o verdadeiro sentido do dever. "Punições": prejudicam o desenvolvimento da dignidade humana e, na maior parte das vezes, são aplicadas sem que a criança tenha consciência de ter cometido o erro. João de Deus Ramos defendia:

Prémios e castigos, para quê, se uns e outros estimulam a vaidade ou o despeito, o orgulho ou a revolta, desviando o espírito infantil do verdadeiro sentido da Vida?

A vida tem no seu curso diário os estímulos e as sanções que são precisas, no certo e no incerto, no prazer e na dor. Uma observação a tempo, uma admoestação adequada, com firmeza mas sem acinte, assim como o reconhecimento do mérito sem contraste depreciativo para ninguém, basta para corrigir ou exaltar o amor próprio de quem quer que seja, tendo a vantagem suprema de manter a simpatia – sempre a simpatia – como principal força propulsora do trabalho útil e da coesão de esforços.

Como Rousseau, acreditava que a criança nasce boa. "É necessário defendê-la e compreendê-la. Aqueles que trabalham e se comportam bem, merecem elogios e carinhos. A estimulação é necessária, mas o termo de comparação, para a criança, é ela própria", afirmava com convicção. Em caso de um mau trabalho ou de problemas de conduta, "Devem estudar-se cuidadosamente os motivos e, eventualmente, permitir que a criança sofra as consequências dos seus actos, não como um castigo imposto, mas como um efeito natural, que poderá interiorizar, uma lição válida que lhe servirá de futuro".

Em 1911, João de Deus Ramos já pensava mais na educação do que na instrução; o que poderá parecer uma ideia corrente nos nossos dias, não o era no início do século.

Na base da sua metodologia existia sempre uma ideia de simpatia, no real sentido da palavra: simpatia como convergência de pontos de vista e, mesmo, de sentimentos. Um ambiente de simpatia cria o meio ideal, a firmeza e a calma, tão importantes para dar à criança um sentimento de segurança. [Defendia que] as crianças mantêm-se calmas se estiverem ocupadas e se sentirem prazer nas tarefas que executam, mesmo que estas sejam trabalhosas. É necessário que o trabalho seja amado e respeitado, daí que o apresentemos de uma forma atraente, a fim de que se possa gostar dele como se gosta de um jogo.



Era um traço que definia muito bem o seu carácter: o infinito respeito pela criança. Este princípio, ainda hoje, é frequentemente proclamado, quase sempre mais na teoria do que na prática, mas João de Deus Ramos não respeitava somente a infância, respeitava cada criança.

Na sua época e em Portugal, raramente as crianças saíam da casa familiar para frequentar um centro escolar antes dos quatro anos.

Tentava-se oferecer aos alunos um ambiente familiar favorável ao seu desenvolvimento: jogos; canções; a rítmica com arcos e bolas, os cálculos; as histórias; a casa das bonecas, os jogos simbólicos. "Aos quatro anos, e sem que a fadiga, traça-se para a criança um programa muito alegre e harmonioso, que fará apreender bons hábitos e favorecerá a sua integração no grupo".

4. Enquadramento Teórico

Que aspetos mais importantes desenvolver, com quatro anos de idade, segundo a psicologia e pedagogia, a nível das aquisições de base?

A educação percetiva, a motricidade e a educação verbal, são, nesta metodologia, fundamentais. A educação percetiva começa desde o berço e, quase podemos dizer, ser de grande valor para o indivíduo. Não se trata de "afinar" os sentidos, mas sim de saber utilizá-los melhor.

Na educação percetiva trabalha-se sobretudo a visão e a audição, os dois sentidos que permitem as aquisições mais espirituais e estéticas. Trata-se de estimular o gosto, de observar, de criar o senso do belo e da harmonia, de melhor perceber os sons graves, os sons agudos, a intensidade dos sons e as sonoridades. A educação auditiva permite uma iniciação musical que favorece o bom ritmo da leitura. É com base na educação visual e auditiva que se pode falar de uma educação através da arte.

5. Práticas

Com a visão e a audição poder-se-á traçar um alegre programa de educação auditiva e musical. Na escola cantam-se e dançam-se canções infantis e populares, diariamente. Com o jogo, tenta-se preservar os valores tradicionais. A educação da visão destina-se a uma boa coordenação óculo-manual e trabalha-se a motricidade fina, o estímulo e uma correta lateralização através de toda uma gama de jogos destinados a este fim.

Utiliza-se muito o papel: no início tritura-se, rasga-se, corta-se, depois utiliza-se o *origami* japonês, que facilita a precisão e permite fazer pombas, peixes, rãs, barcos e as fitas multicoloridas de onde nascem diferentes tipos de harmonias. Aos 3 ou 4 anos, as crianças desenham sobre grandes folhas com lápis de cera. Desenham livremente, assim como modelam



pastas variadas, mas sobretudo o barro. A criatividade da criança é estimulada, deste modo, de várias formas. Depois de se terem ensinado as crianças a observar e a entender, estas são incitadas a exprimir-se: por gestos, pelo corpo, pelo desenho, mas sobretudo através da oralidade.

A expressão verbal e não verbal é privilegiada; trabalha-se a linguagem e a expressão oral através do diálogo, das histórias, dos contos, das pequenas poesias, das pequenas dramatizações e do teatro de marionetas. O programa batizado de "Tema de Vida" – que se chamava "Lições das Coisas", no tempo de João de Deus Ramos – contribui, ainda hoje, para o léxico passivo e sobretudo para o léxico ativo da criança. Esta particularidade representa um dos aspetos mais originais da pedagogia de João de Deus Ramos. O que se pretende não é somente que a criança saiba as coisas, mas sobretudo que as compreenda, que possa estar em sintonia e em empatia com o que a rodeia. Esta deve abordar o seu conhecimento como indivíduo e conhecer o seu corpo, ter uma ideia do seu esquema corporal. Deve tomar consciência da sua integração temporal, adquirir a ideia do hoje, do ontem e do amanhã. Para isto, dá-se-lhe uma referência, uma unidade de tempo: a mais simples, o dia, recorrendo à clássica experiência da bola que gira em torno de si mesma e à volta de uma fonte de luz.

Fala-se do que nos rodeia: o que é sólido, líquido, gasoso. Fazem-se experiências, fala-se das grandes famílias do nosso planeta: os minerais, as plantas, os animais. Tudo é apresentado como exemplos vivos, *slides*, filmes, imagens. As lições não são efetuadas sob a forma de exposições orais, mas sim de diálogos através dos quais o aluno deve observar, descobrir e descrever. Sempre que possível, o objeto é observado diretamente ou através de lupas e microscópios, tocado, sentido e eventualmente provado. São realizadas experiências de modo a estimular o espírito científico. As formas, as qualidades são designadas com rigor.

A filosofia assente nos pressupostos de João de Deus Ramos é a de estabelecer um *curriculum* em forma de espiral: os ciclos são concebidos em função da idade dos alunos; procurando-se abordar o homem como indivíduo e depois como pertencente ao tecido social.

Esta ideia de ciclos sucessivos está já contida no termo "enciclopédia". Porém, o que João de Deus Ramos desejava desenvolver não é uma ideia enciclopédica, mas sim uma lógica: relacionar bem é, necessariamente, raciocinar bem. Todas as lições estão ligadas umas às outras, a fim de fortificar a memória e de facilitar a aquisição de conhecimentos. Aos quatro anos, os jogos contribuem para motivar a leitura, para distinguir a esquerda e a direita e estimular o desenvolvimento motor: sequências de imagens, palavras afixadas para designarem os objetos circundantes, livros em local acessível, histórias lidas pelo educador.



Os alunos também ditam frases que o professor escreve e que elas podem ilustrar. Tem-se um grande cuidado com a introdução da matemática e esta é associada à vida prática do aluno. Estas situações constituem uma das bases de trabalho de João de Deus Ramos. Como outros pedagogos da atualidade, aconselhava a começar pela noção de "unidade". Os conceitos devem ser postos em prática através dos jogos e de materiais simples de encontrar e de manipular.

Recorre-se, também, aos jogos de Froebel para interiorizar situações muito concretas, que estimulam a criança a contar e a fazer pequenas operações ligadas ao quotidiano. Têm à disposição ateliês de jogos de ação – "uma mercearia ou armazéns onde se utilizam a moeda e uma balança, onde se comparam pesos e volumes, onde se pode empacotar e embrulhar os volumes, o que é um excelente exercício de motricidade fina".

O espaço da sala de aula encontra-se dividido em cantos: para as plantas, para jogos, da "casinha", outro do "médico"...

Cada sala possui uma biblioteca: aos 3/4 anos, a criança pode ver as imagens, sentada em almofadas, e o acesso aos livros é muito fácil e agradável.

Ouve-se música, fazem-se jogos tradicionais ou livres, de preferência ao ar livre.

A criança gosta e aceita bem este programa variado que contribui para a formação da sua personalidade. Procura-se que esta seja calma, organizada, curiosa e receptiva.

João de Deus Ramos considerava a idade de 5 anos como muito importante para a formação do indivíduo. É como uma idade de transição; já não se encontra na fase pré-escolar, mas ainda não chegou à primária: é um degrau a subir, uma fase "pré-elementar", "pré-primária", como ele lhe chamava.

Praticam-se jogos, nas "Lições das Coisas", fazem-se desenhos, mas a Matemática é mais avançada e inicia-se de uma forma muito racional e lúdica a leitura e a escrita.

Avançado nas ideias para o seu século, João de Deus Ramos pensava, como os pedagogos de hoje, que aguardar por uma grande maturidade para aprender a ler é como esperar por ter músculos para começar a cultura física. É o exercício que contribui para a maturação mental requisitada.

O respeito pelo ritmo da criança sem a sobrecarregar, para a fazer alcançar o programa pré-estabelecido, é fundamental. Torna-se necessário fazer com que a criança aprenda agradavelmente, passo a passo, como num jogo. Isto põe a questão central nas aprendizagens de base e no momento ideal para começar o processo de preparação. O insucesso escolar, e mesmo profissional, poderá estar ligado a uma preparação escolar tardia e mal estruturada. É preciso compreender a palavra "aprendizagem" como conotada pelas noções de estimulação e de iniciação. A aprendizagem é vista não somente como aquisição de conhecimentos, mas,



sobretudo, como exercício de faculdades. Assim pensava João de Deus Ramos e os resultados deram-lhe razão. "É necessário começar a adquirir as competências aos 4/5 anos e a aprendizagem da leitura é um bom ponto de partida". A escolha de um método é essencial, método que permita o desenvolvimento das estruturas mentais da criança. Nos jardins-escolas, com a "Cartilha Maternal", os resultados são surpreendentes: os alunos aprendem a ler geralmente em 90 lições e o insucesso escolar é quase inexistente.

O método utiliza estratégias de leitura do tipo *bottom-up*, em sinergia com estratégias do tipo *top-down*, baseado na unidade global da palavra, considerando-a como a ferramenta linguística que permite o dinamismo verbal.

Uma das vantagens deste método é o de apresentar as especificidades da língua portuguesa segundo uma progressão pedagógica e que constitui um verdadeiro estudo da língua. João de Deus Ramos considerava a aprendizagem da leitura e da escrita como o desenrolar natural da educação pré-escolar: depois do ensino do código oral, a criança pode ser iniciada ao código escrito, que lhe permite aceder à cultura. Estas duas aquisições deverão então constituir uma unidade e não revelar duas escolas diferentes – a creche e a escola primária – como é habitual no nosso sistema escolar.

Depois da morte de João de Deus Ramos, foram introduzidas alterações a nível da aprendizagem da matemática, como por exemplo, o material *Cuisenaire* e os Blocos Lógicos de *Dienés*, e o material do professor português João Nabais, denominado Calculadores Multibásicos, excelentes para aprender a fazer operações sobre outras bases que não a base 10. Na época dos computadores torna-se necessário dominar o trabalho nas bases 2 ou 9. No mundo globalizado dos nossos dias, conscientes dos desafios que temos pela frente e da agressividade e competitividade da sociedade, definimos os objetivos da Associação de Jardins-Escolas João de Deus como garante da instrução e formação cívica e moral dos nossos alunos.

Apostamos nos nossos alunos e na formação dos seus docentes, caminhando em direção ao futuro, com base em valores intemporais de tolerância, respeito e igualdade na diversidade que, desde João de Deus, defendemos e nos honramos de praticar. É nosso propósito ajudar a desenvolver nos alunos as capacidades, destrezas, habilidades, conhecimentos, valores e atitudes que contribuirão para o sucesso na vida e uma adequada integração na Sociedade do Conhecimento.

Como herdeiro deste legado, farei tudo o que estiver ao meu alcance para dar continuidade a tão nobres princípios.

António de Deus Ramos Ponces de Carvalho
Bisneto de João de Deus e neto de João de Deus Ramos



REGULAMENTO INTERNO PARA A VALÊNCIA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

1 — Normas Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento interno define o regime de funcionamento dos Jardins-Escolas João de Deus na valência do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de cada um dos seus órgãos, normas internas de funcionamento, bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.

Artigo 2.º

O Jardim-Escola João de Deus

Os princípios referidos representam condutas gerais que competirão à comunidade educativa cumprir e respeitar, pois consubstanciam os fundamentos da obra João de Deus, numa perspetiva evolutiva de conhecimento e intervenção cívica.

Deste modo, pretendemos formar e educar cidadãos livres, responsáveis e solidários, membros de uma sociedade que todos desejamos mais justa, mais feliz, verdadeira e mais solidária, permitindo-lhes a aquisição das capacidades, conhecimentos e valores que os ajudem a alcançar sucesso na vida.

Artigo 3.º

Comunidade Educativa do Jardim-Escola João de Deus

Docentes – Intervêm diretamente na educação dos alunos, empenhando-se na sua formação e aliando à educação os aspetos pessoais, sociais e morais (entre estes são nomeados os Diretores ou os Membros do Conselho Diretivo). Devem valorizar a sua própria formação, pois deste modo estão a enriquecer-se e a concorrer para uma melhor formação dos alunos.

Alunos – Principais agentes educativos, são também membros atuantes da comunidade escolar, pois participam e concorrem para promover o seu próprio desenvolvimento.

Encarregados de Educação – Participantes ativos na educação e formação dos seus educandos dentro e fora do jardim-escola, compete-lhes interessarem-se pelo desenvolvimento curricular dos mesmos e colaborar sempre que possível nas suas atividades.



Pessoal não Docente – Colaboradores fundamentais para o bom desempenho da ação educativa, são elementos essenciais da vida escolar.

Artigo 4.º

Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus

Para além das atribuições expressas nos Estatutos, compete à Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus:

- Assegurar a boa execução da metodologia João de Deus;
- Cuidar para que sejam seguidos bons princípios pedagógicos com valores humanos, sociais, éticos e ecológicos;
- Supervisionar o cumprimento das normas emanadas pela Direção da Associação, a sua implementação no jardim-escola e a verificação da ação educativa e, quando necessário, a organização de reunião de encarregados de educação para resolução de situações ocorridas;
- Autorizar a transferência de alunos;
- Contratar e rescindir contratos de trabalho de docentes e não docentes, de acordo com a lei em vigor;
- Nomear os diretores e o Presidente do Conselho Diretivo de cada jardim-escola;
- Aprovar o calendário escolar;
- Aprovar a distribuição do serviço docente e não docente;
- Aprovar os horários e regime de funcionamento;
- Aprovar a organização das horas não letivas do pessoal docente;
- Homologar a avaliação do pessoal docente e não docente;
- Realizar a avaliação dos diretores e homologar a dos membros do conselho de docentes;
- Atribuir as mudanças de nível e de diuturnidades;
- Analisar e responder adequadamente a situações ocorridas e relatadas pelo Diretor do Jardim-Escola;
- Zelar pela boa conservação arquitetónica dos edifícios;
- Construir novos jardins-escolas sempre que lhe seja proposto, reunindo condições para o efetuar;



- Gerir receitas e despesas;
- Enviar circulares informativas sobre diferentes aspetos;
- Aprovar os *roulements* durante os períodos de interrupção letiva, propostos pelo Conselho Diretivo dos Jardins-Escolas (Artigo 91 do Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de setembro).

Artigo 5.º

Diretor ou Conselho Diretivo do Jardim-Escola

Constituem competências do Diretor ou do Conselho Diretivo:

- Ser pontual e assíduo;
- Assegurar a boa execução da metodologia João de Deus;
- Zelar pelo cumprimento deste regulamento interno;
- Submeter à apreciação do conselho de docentes e, se necessário, à Direção da Associação, assuntos que excedam a sua competência;
- Elaborar, sempre que se justificar, circulares informativas aos encarregados de educação sobre o desenvolvimento das atividades ou outros assuntos;
- Coordenar as atividades educativas;
- Representar o jardim-escola sempre que para tal seja solicitado;
- Assegurar no ato de receção/saída dos alunos a troca de informação no sentido de serem anotados os cuidados especiais a ter com os mesmos, as situações de exceção ou outras de interesse para o conhecimento e desenvolvimento e acompanhamento dos alunos;
- Dar conhecimento a toda a comunidade escolar das informações, explicações e demais expediente recebido;
- Analisar e averiguar adequadamente situações ocorridas, ouvindo todos os intervenientes, e, em casos excecionais, enviá-las com a respetiva documentação à Direção da Associação;
- Exercer as suas funções sem autoritarismo e, num sentido de cooperação responsável, comunicar superiormente as infrações de que tenha conhecimento;
- Zelar por todos os aspetos que digam respeito ao bom funcionamento do jardim-escola, tais como: saúde, segurança, ambiente educativo e adequadas condições gerais;
- Cuidar de uma boa e saudável alimentação e de um bom rendimento escolar organizando todas as atividades no sentido de conseguir um maior sucesso na vida e na escola;

- 
- Administrar corretamente as receitas e as despesas, respeitando os limites determinados pela Direção da Associação para as aquisições de material e para as obras;
 - Não dar a conhecer as diferenças sociais e económicas, bem como os diversos escalões em que os utentes estão inseridos, a nível de pagamento de mensalidades;
 - Enviar para os Serviços de Contabilidade da sede, até ao dia 20 de cada mês, mapas contabilísticos e respetivos documentos de suporte, com exceção dos meses de dezembro e agosto que deverão ser entregues até 10 de janeiro e 10 de setembro;
 - Enviar pontualmente à Direção da Associação os mapas e demais documentos que a mesma tem que remeter aos diversos organismos;
 - Dar o maior apoio e entreaajuda a todo o pessoal que exerce funções no jardim-escola;
 - Ser um órgão que contribua para a resolução dos problemas escolares e organizacionais;
 - Não retirar vantagens diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, das funções que exerce, atuando com independência em relação aos interesses e pressões particulares de qualquer índole, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos;
 - Verificar os "Dossiês de Turma", os programas elaborados pelos docentes e a distribuição diária das atividades, de modo a que a metodologia João de Deus seja seguida e haja unidade em todo o trabalho escolar;
 - Verificar os dossiês dos alunos;
 - Coordenar e organizar os trabalhos de avaliação de alunos;
 - Implementar e zelar por uma boa educação cívica;
 - Atender os encarregados de educação e outros elementos, quando necessário;
 - Aceitar a colaboração dos encarregados de educação dos alunos, quando bem organizada e de acordo com a metodologia João de Deus;
 - Manter uma relação de consideração e respeito com todos os elementos da comunidade educativa;
 - Convocar os encarregados de educação sempre que existam motivos considerados importantes e pertinentes por si ou pelo conselho de docentes;
 - Estar presente nas reuniões de encarregados de educação, nomeando um professor responsável pela redação da ata;
 - Propor ao conselho de docentes a avaliação do pessoal docente e não docente;



- Convocar as reuniões ordinárias (mensais) através de convocatória enviada a todos os elementos que constituem o conselho de docentes;
- Convocar, obrigatoriamente, as reuniões extraordinárias, através de convocatória enviada a todos os elementos que constituem o conselho de docentes;
- Presidir às reuniões, declarar a sua abertura e encerramento, ou suspensão, e dirigir os respetivos trabalhos;
- Convocar o conselho de docentes sempre que solicitado pela Direção da Associação dos Jardins-Escolas;
- Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações;
- Enviar à Direção da Associação uma cópia das atas das reuniões, nas 48 horas subsequentes à sua realização;
- Manter a sua ação educativa em todos os momentos: durante a estada dos alunos no jardim-escola (com destaque para as refeições e higiene dos mesmos), nos recreios e nas deslocações aos sanitários;
- Proporcionar uma correta conduta ética e profissional, dentro e fora do jardim-escola;
- Analisar e decidir, mediante parecer do professor e do conselho de docentes, pela retenção ou não dos alunos que, dentro da escolaridade obrigatória, tenham ultrapassado o limite de faltas injustificadas;
- Assegurar a disciplina no jardim-escola, quer no respeitante aos alunos, quer ao pessoal docente e não docente;
- Registrar as faltas de pessoal docente e não docente;
- Elaborar, em conselho de docentes, o plano anual de distribuição de serviço docente;
- Assinar o expediente e documentos de contabilidade;
- Organizar o serviço de inscrições e matrículas;
- Escriturar o livro de correspondência expedida e recebida;
- Preencher devidamente o registo biográfico de cada aluno, que faz parte integrante do Processo Individual do mesmo;
- Promover a articulação entre os níveis de ensino de modo a rentabilizar os esforços realizados na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos;

- 
- Propor à Direção da Associação os *roulements* de modo a assegurar a qualidade educativa e o bom funcionamento do jardim-escola;
 - Responsabilizar-se pelo respeito integral dos direitos dos docentes e não docentes;
 - Enviar para a Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus todas as atividades: ações de formação, ações de sensibilização, atividades culturais, atividades extracurriculares, atividades de solidariedade, comemoração de eventos tradicionais, comemoração de dias temáticos, concursos e projetos (participação, prémios), donativos recebidos, donativos oferecidos, espetáculos, feira do livro e homenagens, protocolos, publicações, visitas de estudo e outras atividades, com a participação de outros parceiros e também dos encarregados de educação, realizadas no decorrer do presente ano e em todas as valências.

Artigo 6.º

Conselho de Docentes

- O Conselho de Docentes é constituído pelo/a Diretor/a, Membros do Conselho Diretivo e por todos os docentes do jardim-escola.
- O Conselho de Docentes é presidido pelo/a Diretor/a Pedagógico/a do Jardim-Escola.
- O Conselho de Docentes reúne ordinariamente uma vez por mês; extraordinariamente, quando necessário, e convocado pelo/a Diretor/a.

Constituem competências do Conselho de Docentes:

- Elaborar e aprovar o Projeto Educativo (PE), Projeto Curricular da Escola (PCE) e o Plano Anual de Atividades (PAA);
- Detetar dificuldades e/ou outras necessidades dos alunos;
- Refletir, para unificar critérios e pronunciar-se sobre questões de ensino e aprendizagem, de matéria disciplinar ou outras com relevância para a vida escolar dos alunos;
- Aprovar os Planos de Turma;
- Aprovar as atividades de enriquecimento curricular a incluir no PAA;
- Aprovar os Projetos de Turma e o Programa Educativo Individual (PEI). Este assume caráter de obrigatoriedade no final do 1.º ciclo do ensino básico;
- Organizar diferentes atividades (lúdicas, culturais, físicas...) para serem executadas no período de férias escolares;



- Averiguar a necessidade da adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras estratégias destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
- Assegurar a coordenação nos domínios da aplicação de metodologias de diferenciação pedagógica e da avaliação de aprendizagens;
- Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto;
- Aprovar os critérios de avaliação dos alunos;
- Homologar as avaliações dos alunos elaboradas pelos respetivos docentes;
- Contribuir para a reflexão e resolução de todos os problemas que digam respeito ao bom funcionamento do jardim-escola;
- Deliberar sobre o acompanhamento dos alunos que, por qualquer motivo, manifestem dificuldades escolares;
- Promover exposições de trabalhos, festas escolares, visitas de estudo, "Aulas de Descoberta" e tudo o que constituir valorização educativa e cultural extracurricular;
- Incentivar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural;
- Dar parecer sobre a adoção de manuais escolares, não sendo obrigatória a sua escolha devido ao método próprio aplicado nos jardins-escolas;
- Organizar as entradas e saídas do jardim-escola;
- Pôr em prática as diretivas emanadas pela Direção da Associação;
- Elaborar a avaliação do pessoal docente e não docente, analisando a proposta do Diretor ou do Conselho Diretivo, a fim de ser posteriormente homologada pela Direção da Associação;
- Participar no intercâmbio pedagógico com outros estabelecimentos de ensino;
- Divulgar as normas de evacuação do edifício, de forma a garantir a segurança de alunos, pessoal docente e não docente em situação de emergência;
- Propor a organização dos horários;
- Propor a distribuição do serviço docente e não docente, bem como a organização das horas não letivas do pessoal docente. Desta fazem parte, obrigatoriamente, uma hora semanal para o atendimento aos encarregados de educação;
- Identificar necessidades de formação dos docentes e propô-las à Direção da Associação;
- Organizar os recreios, almoços e outros componentes da vida escolar;



- Realizar o levantamento do material didático e bibliográfico ao dispor dos respetivos docentes e dar sugestões de aquisição de equipamentos e materiais que permitam otimizar a ação educativa que desenvolvem;
- Propor os *roulements* durante as interrupções das atividades letivas;
- Registrar em ata de conselho de docentes os assuntos agendados (ex.: funcionamento e organização do jardim-escola; análise e reflexão sobre os resultados da avaliação dos alunos; definição e aplicação de medidas de apoio educativo; diversificação de metodologias de ensino e de aprendizagem, entre outras).

Nota: Sem prejuízo das reuniões se realizarem conjuntamente, o Conselho de Docentes poderá também organizá-las separadamente, quando existam diferentes valências sempre que tal se justifique.

Artigo 7.º

Direitos e Deveres dos Docentes

O incumprimento das normas contidas neste documento serão passíveis de processo disciplinar com vista a possível despedimento, considerando motivo justificado para a denúncia e rescisão do contrato de trabalho.

Direitos:

- Desenvolver as atividades, com liberdade, de acordo com o Projeto Educativo e com as normas da instituição;
- Reunir-se no jardim-escola com os colegas, depois de autorização do/a Diretor/a e salvaguardando sempre o normal funcionamento das atividades docentes;
- Usar os equipamentos e as instalações do jardim-escola para a realização da sua atividade educativa;
- Participar na gestão da escola através das instâncias previstas neste regulamento interno;
- Ter proteção por acidente em serviço, nos termos da legislação aplicável;
- Beneficiar das férias e dos benefícios sociais previstos na legislação em vigor para o setor;
- Participar em cursos de formação permanente, de acordo com os critérios ou prioridades estabelecidas pela direção em diálogo com os docentes;
- Assistir a atos oficiais e reuniões, quando sejam convocadas em função dos cargos que exerçam no jardim-escola;



- Receber o tratamento e a consideração próprias dos cargos para que forem nomeados;
- Ter acesso às informações necessárias ao exercício da sua função;
- Ter acesso a toda a documentação emanada da Direção da Associação ou de outras entidades com interesse para o jardim-escola;
- Ter conhecimento prévio de toda a documentação sujeita a discussão.

Deveres:

- Aplicar a Metodologia João de Deus;
- Contribuir para a permanente dignificação da Pedagogia João de Deus;
- Participar, cumprir e avaliar o Projeto Curricular de Turma, o Projeto Curricular (currículos) do Jardim-Escola, o Plano Anual de Atividades e Projeto Educativo;
- Ter atitudes de dignidade, civismo e ética;
- Não retirar vantagens diretas ou indiretas das funções que exerce, atuando com independência em relação aos interesses e pressões particulares de qualquer índole, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos;
- Ser discreto e não divulgar assuntos debatidos/analizados nas reuniões;
- Contribuir para a formação e realização integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;
- Considerar que cada aluno é diferente dos outros. Manter a imparcialidade e justiça no seu tratamento, sem demonstrar preferências de qualquer espécie, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
- Ministras o ensino das suas disciplinas, com liberdade e de acordo com o Projeto Educativo e as normas da Instituição;
- Pôr em prática as orientações emanadas da Direção da Associação;
- Planificar o desenvolvimento das atividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
- Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;



- Respeitar os alunos, mantendo um ambiente de alegria e uma disciplina ativa, sem prémios nem castigos, que tenha como grande objetivo a felicidade do aluno, a sua formação humana e cívica, tendente a atingir um bom futuro escolar e profissional;
- Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;
- Gerir o processo de ensino e aprendizagem, no âmbito dos programas definidos, procurando adotar mecanismos de diferenciação pedagógica suscetíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
- Fomentar a disciplina na participação dos alunos na sala de aula ou no exterior;
- Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respetivas famílias;
- Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e coletivamente;
- Enriquecer e partilhar os recursos educativos, bem como utilizar novos meios de ensino que lhe sejam propostos, numa perspetiva de abertura à inovação e de reforço da qualidade da educação e ensino;
- Atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspetiva de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Corresponsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações, equipamentos e propor medidas de melhoramento e renovação;
- Assegurar a realização, no ensino básico, de atividades educativas de acompanhamento dos alunos, destinadas a suprir a ausência imprevista e de curta duração do respetivo docente;
- Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo e na deteção da existência de casos de alunos com necessidades educativas especiais;
- Elaborar o "Dossiê de Turma", com todos os elementos obrigatórios de acordo com o Despacho normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro;
- Ser assíduo e pontual, iniciando e terminando pontualmente as aulas de acordo com o horário estabelecido. Se estiver impedido por doença, deverá comunicá-lo prontamente à Direção do Jardim-Escola;
- Manter a sala num ambiente favorável ao bem-estar dos alunos;
- Participar nas reuniões do Conselho de Docentes;



- Efetuar as avaliações de acordo com os critérios definidos;
- Realizar testes de avaliação mensal para aferir determinados conteúdos;
- Realizar as reuniões semanais ou quinzenais (uma hora) de atendimento com os encarregados de educação, com dia e hora marcados;
- Apresentar disponibilidade para prestar informações sobre o comportamento/aprendizagem dos alunos aos encarregados de educação;
- Resolver os problemas que surjam com os alunos, em colaboração com o/a Diretor/a ou Diretor/a Pedagógico/a que preside, e, sempre que necessário, com os encarregados de educação;
- Realizar os *roulements* estabelecidos no período de interrupção letiva ou férias escolares com atividades de enriquecimento curricular;
- Não se ausentar da sala de aula, a não ser que o motivo o justifique, fazendo-se substituir;
- Tomar conhecimento de informações, convocatórias ou outros suportes de comunicação interna;
- Cumprir todas as decisões deliberadas em Conselho de Docentes, mantendo uniformidade de atuação;
- Comunicar à Direção do Jardim-Escola qualquer dano ou avaria do material didático, do mobiliário ou das instalações;
- Usar os equipamentos e as instalações do jardim-escola para a realização da sua atividade educativa;
- Participar na gestão da escola através das formas previstas neste regulamento interno;
- Assistir a atos oficiais e reuniões, quando sejam convocadas em função dos cargos que exerçam no jardim-escola;
- Participar em cursos de formação permanente, de acordo com os critérios ou prioridades estabelecidas pela direção em diálogo com os docentes;
- Contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, inventivo e criador dos alunos, apoiando-os na sua formação cultural, científica, cívica e humana;
- Registrar e manter atualizados sumários descritivos e precisos das matérias lecionadas, assim como a assiduidade dos alunos;

- 
- Corrigir, no mais breve período de tempo possível, os testes e exercícios dos alunos. No limite são admissíveis trabalhos por corrigir com uma semana de atraso;
 - Comunicar aos alunos, e/ou encarregados de educação, no início do ano letivo, a lista do material que for considerado indispensável à realização das atividades letivas;
 - Convocar os encarregados de educação sempre que a lei o exija ou quando houver assuntos urgentes a tratar;
 - Exigir dos alunos um adequado ambiente de trabalho, ordem e disciplina que facilitem a aprendizagem e convivência da turma;
 - Não praticar qualquer ato ilícito, no exercício das funções;
 - Comunicar aos encarregados de educação, em articulação com o diretor, os assuntos que julgar importantes sobre atitudes menos adequadas do aluno e que dificultam o seu processo de aprendizagem;
 - Elaborar um relatório analítico, em situação de retenção, que identifique as aprendizagens não realizadas pelo aluno;
 - Convocar os encarregados de educação, nos termos da lei em vigor, no processo de avaliação do seu educando, em caso de segunda retenção;
 - Não fumar dentro do edifício escolar de acordo com o previsto na legislação em vigor, Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto;
 - Cumprir as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho aplicáveis (Lei de Bases da Saúde, n.º 48/90, de 24 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro);
 - Inventariar o material da sala no final de cada ano letivo;
 - Respeitar, cumprir e fazer cumprir o presente regulamento interno.

Artigo 8.º

Direitos e Deveres do Pessoal Não Docente

O incumprimento das normas contidas neste documento serão passíveis de processo disciplinar com vista a possível despedimento, considerando motivo justificado para a denúncia e rescisão do contrato de trabalho.



Direitos:

- Ser tratado com correção e respeito por qualquer elemento da comunidade educativa;
- Participar em ações de formação;
- Ter conhecimento do regulamento interno;
- Participar no processo educativo;
- Ver preservada a sua segurança na atividade profissional;
- Dispor dos meios necessários para poder realizar, com eficácia e satisfação pessoal, as tarefas que lhe forem confiadas;
- Receber a remuneração económica de lei, de acordo com a função que desempenha, e ter estabilidade e segurança no trabalho;
- Ter proteção por acidente em serviço, nos termos da legislação aplicável;
- Beneficiar das férias e dos benefícios sociais previstos na legislação em vigor para o setor;
- Assistir a atos oficiais e reuniões, quando sejam convocadas em função dos cargos que exerçam no jardim-escola;
- Receber o tratamento e a consideração próprias dos cargos para que forem nomeados;
- Ter acesso às informações necessárias ao exercício da sua função;
- Ter conhecimento de toda a documentação emanada da Direção da Associação ou de entidades com interesse para a sua função no jardim-escola.

Deveres:

- Colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo, em articulação com os docentes e os encarregados de educação, para prevenir e resolver problemas comportamentais e de aprendizagem;
- Comunicar ao docente do aluno a troca de informação que tenha lugar no ato da receção/saída dos alunos (cuidados especiais, situações de exceção, ou outras de interesse para o conhecimento e desenvolvimento do aluno);
- Conhecer as normas legais regulamentadas e as instruções dos seus superiores hierárquicos, bem como possuir e aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos e métodos de trabalho de modo a exercer as suas funções com eficiência e correção;



- Acatar e cumprir as instruções dos seus legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço;
- Ser pontual e assíduo;
- Ser correto na sua postura, fazendo uso da farda e da touca (esta última quando em funções na cozinha e no refeitório), e nas relações humanas com todos: colegas, pessoal docente e diretores;
- Tratar os alunos e os seus familiares com a máxima correção, justiça e exigência;
- Prestar a ajuda pedida pelos docentes no que respeita ao material necessário ao funcionamento das aulas e atividades;
- Comunicar à direção do jardim-escola qualquer dano ou avaria do material didático, mobiliário ou das instalações;
- Servir almoços;
- Manter as salas de aula sempre limpas;
- Não retirar vantagens diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, das funções que exerce, atuando com independência em relação aos interesses e pressões particulares de qualquer índole, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos;
- Ser um bom exemplo de convivência para os alunos;
- Orientar a permanência dos alunos nas instalações escolares;
- Assegurar o funcionamento das instalações, não se ausentar do seu posto de trabalho sem se fazer substituir, senão por motivo de serviço ou ordem superior;
- Não assumir atitudes discriminatórias em relação a qualquer elemento da comunidade educativa;
- Garantir a confidencialidade dos dados e elementos à sua responsabilidade;
- Cumprir e fazer cumprir o regulamento interno;
- Realizar outras tarefas no âmbito das suas competências sempre que as necessidades urgentes e os serviços o justifiquem;
- Não permitir a entrada de estranhos, em qualquer dos espaços do estabelecimento educativo, sem identificação e respetiva participação;
- Verificar, diariamente, antes de iniciar as suas funções e quando as termina, o estado dos espaços educativos que lhes estão atribuídos;

- Comunicar de imediato, ao/à diretor/a ou ao Conselho de Docentes, qualquer anomalia;
- Garantir que as salas de aula, sob a sua responsabilidade, estejam devidamente equipadas com os materiais pedagógicos necessários;
- Atender às entradas e saídas dos alunos, sob a orientação direta e permanente de, pelo menos, um docente;
- Conhecer o conteúdo do Projeto Educativo do jardim-escola e esforçar-se por colocá-lo em prática no setor em que exerce a sua atividade;
- Realizar, com esmero, as tarefas que lhes forem confiadas, de acordo com as condições estipuladas no Contrato Coletivo de Trabalho.

Artigo 9.º

Direitos e Deveres dos Encarregados de Educação

Entende-se por encarregado de educação (nos termos do Despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio) quem tiver menores a residir consigo ou confiados aos seus cuidados:

- a) Pelo exercício das responsabilidades parentais;
- b) Por decisão judicial;
- c) Pelo exercício de funções executivas na direção de instituições que tenham menores, a qualquer título, à sua responsabilidade;
- d) Por mera autoridade de facto ou por delegação, devidamente comprovada, por parte de qualquer das entidades referidas nas alíneas anteriores;
- e) O progenitor com quem o menor fique a residir, em caso de divórcio ou de separação e na falta de acordo dos progenitores;
- f) Um dos progenitores, por acordo entre estes ou, na sua falta, por decisão judicial, sobre o exercício das funções de encarregado de educação, estando estabelecida a residência alternada do menor;
- g) O pai ou a mãe que, por acordo expresso ou presumido entre ambos, é indicado para exercer essas funções, presumindo-se ainda, até qualquer indicação em contrário, que qualquer ato que pratica relativamente ao percurso escolar do filho é realizado por decisão conjunta do outro progenitor.

Direitos:

O direito e o dever de educação dos educandos, constitucionalmente consagrado, compreende a capacidade de intervenção dos encarregados de educação no exercício dos direitos e a



responsabilidade no cumprimento dos deveres dos seus educandos na escola e para com a comunidade educativa, consagrados na lei e no regulamento interno do jardim-escola.

- Conhecer e cumprir o presente regulamento interno;
- Ser informado dos conteúdos e objetivos de cada ano de escolaridade, do Plano Anual de Atividades, projetos (Plano de Turma) e visitas de estudo;
- Proporcionar uma educação integral para os seus educandos, conforme o modelo definido no Projeto Educativo do jardim-escola;
- Conhecer o aproveitamento e comportamento do seu educando no quotidiano escolar;
- Ser informado dos critérios e modalidades de avaliação;
- Participar no processo de avaliação dos seus educandos, assistindo e colaborando nas reuniões de encarregados de educação, realizadas ao longo do ano, bem como nas horas de atendimento, que cada docente tem estipulado para tal fim;
- Ser ouvido e expressar a sua opinião acerca da vida escolar nos termos do regulamento;
- Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-se e sendo informado sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;
- Participar nas atividades culturais, lúdicas e formativas propostas no Plano Anual de Atividades do jardim-escola;
- Receber informação periódica sobre o progresso dos seus educandos nos aspetos académicos e no processo de maturação afetiva, social, assim como da sua assiduidade.

Deveres:

- Conhecer o regulamento interno do jardim-escola, assinar na ficha de inscrição a sua aceitação e cumpri-lo;
- Subscrever a declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;
- Conhecer e cumprir as informações fornecidas pelo jardim-escola;
- Assumir o Projeto Educativo ao matricular o seu educando no jardim-escola e colaborar sempre que necessário na sua concretização;
- Proceder à inscrição/matricula do seu educando, respeitando os prazos estipulados;
- Assinar o Contrato de Prestação de Serviços Educativos;



- Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando e promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar;
- Diligenciar para que o seu educando beneficie, efetivamente, dos seus direitos e cumpra pontualmente os deveres de que o incumbem;
- Assegurar e cumprir a frequência e pontualidade do seu educando no quotidiano escolar e nas diferentes atividades;
- Proceder à justificação das faltas do seu educando;
- Cooperar com os docentes no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos;
- Acompanhar o seu educando e entregá-lo diretamente ao colaborador destacado para este fim;
- Evitar enviar o seu educando com adornos que possam constituir um fator de risco para ele próprio ou para os outros;
- Atualizar os contactos telefónicos a utilizar em caso de emergência;
- Colaborar com o jardim-escola na busca de soluções para situações ou problemas que envolvam o seu educando;
- Zelar pela segurança no jardim-escola, nomeadamente, certificando-se que a porta ou o portão ficam devidamente fechados após a sua entrada ou saída;
- Participar nas reuniões convocadas pela direção ou professor de turma;
- Cumprir o horário do jardim-escola, tendo em atenção a norma que estipula que os alunos não poderão permanecer no jardim-escola para além do horário previsto;
- Colaborar com os outros elementos da Comunidade Educativa em tudo o que seja necessário para o bom funcionamento da escola;
- Respeitar todos os colaboradores do jardim-escola;
- Manter em casa os educandos que revelem ser portadores de uma doença infeto-contagiosa (sarampo, papeira, varicela...), de acordo com o Decreto-Lei n.º 229/94 de 13 de setembro, referente à Evicção Escolar, pelo período aconselhado pelo pediatra, quando do diagnóstico da doença;
- Contribuir para o correto apuramento dos factos em procedimento de índole disciplinar instaurado ao seu educando e, sendo aplicada esta medida corretiva ou sancionatória,

diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica, do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e o seu sentido de responsabilidade.

- Aos encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder/dever de dirigirem a educação dos seus educandos no interesse destes, a de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos e ainda:
 - Manter os educandos com uma imagem asseada, com vestuário limpo e adequado às atividades previstas no horário;
 - Zelar para que o seu educando, no início de cada ano letivo, se apresente obrigatoriamente com:
 - 2 bibes, conforme o modelo do jardim-escola, com o respetivo emblema e nome bordado;
 - 1 chapéu, conforme o modelo do jardim-escola;
 - 1 fato de treino, conforme o modelo do jardim-escola e um saco para o seu transporte com o nome bordado;
 - 1 *t-shirt*, conforme o modelo do jardim-escola;
 - 1 calção de ginástica, de cor branca;
 - 1 par de sapatilhas (sabrinas), de cor branca.
 - Material necessário para o ano letivo (conforme lista de material entregue no ato da matrícula).

Nota: Todo o material deverá ser identificado com o primeiro e último nome do aluno. Todas as roupas que os alunos tenham que despir devem, também, ser marcadas com o nome. É possível um modelo de bibe de inverno e outro de verão, neste último caso, com mangas curtas. O mesmo se aplica ao equipamento de expressão e educação física motora.

Artigo 10.º

Direitos e Deveres dos Alunos

Direitos:

- Conhecer e cumprir o presente regulamento interno;



- Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem sucedidas;
- Beneficiar de um ambiente e de um projeto educativo que viabilizem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade e da sua capacidade de autoaprendizagem e de crítica consciente sobre os valores, o conhecimento e a estética;
- Ver reconhecido e valorizado o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
- Ser avaliado com objetividade, segundo os seus conhecimentos académicos, mas contemplando as suas atitudes e comportamento;
- Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;
- Ser informado sobre a evolução do seu processo de ensino e aprendizagem e sobre os aspetos que deverão requerer maior esforço, no sentido de melhorar o seu desempenho;
- Ter conhecimento do seu plano de estudos e critérios de avaliação de cada disciplina;
- Conhecer os objetivos gerais e específicos a atingir, as estratégias e os recursos humanos a utilizar;
- Saber os resultados dos testes escritos e outros trabalhos, comprovar as correções, receber esclarecimento dos seus erros e receber todas as indicações didáticas por parte do professor, em tempo estipulado por este;
- Ser informado sobre as normas de conduta e de utilização de instalações específicas, designadamente biblioteca, instalações desportivas, refeitório, entre outras;
- Beneficiar de apoios, necessários às suas necessidades escolares ou às suas aprendizagens;
- Ter igualdade de tratamento, independentemente da raça, religião, nacionalidade, idade, género ou condição social;
- Ver salvaguardada a sua segurança no jardim-escola e respeitada a sua integridade física e moral;
- Não estar sujeito a coação física ou psicológica;

- Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita ocorridos ou manifestados no decurso das atividades escolares;
- Apresentar sugestões relativas ao funcionamento do jardim-escola e ser ouvido pelos docentes e pelo/a Diretor/a ou Diretor/a Pedagógico/a em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
- Participar em iniciativas que promovam a formação e a ocupação de tempos livres;
- Ser informado, em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente, sobre o modo de organização do plano de estudos, programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar, processos e critérios de avaliação, normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos das instalações, incluindo o Plano de Emergência e o Plano de Evacuação;
- Participar nas demais atividades do jardim-escola, nos termos do respetivo regulamento interno;
- Participar no processo de avaliação, nomeadamente através de mecanismos de auto e heteroavaliação;
- Ter o seu processo individual organizado e ver respeitada a confidencialidade dos elementos daí constantes, quer sejam de natureza pessoal ou relativos à família;
- Em caso de falta dos docentes titulares de turma, os alunos serão acompanhados por um dos docentes de apoio, que tentará, dentro do possível, seguir as atividades que estavam previstas para esse período.

Deveres:

- Conhecer as normas de funcionamento dos serviços do jardim-escola e do regulamento interno do mesmo e cumpri-las integralmente;
- Realizar uma escolaridade bem sucedida, numa perspetiva de formação integral do cidadão, que implica a sua responsabilização, enquanto elemento nuclear da comunidade educativa;
- Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral;
- Não prejudicar o direito à educação dos restantes alunos;
- Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas no jardim-escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;

- Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito do trabalho escolar;
- Apresentar-se diariamente com o bibe e trazê-lo nas melhores condições; usar o bibe nas festas, nas "Aulas de Descoberta", visitas de estudo, entrega de prémios de trabalhos realizados ou outras atividades organizadas pelo jardim-escola;
- Apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
- Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados;
- Seguir as orientações dos professores;
- Apresentar o dossiê e demais cadernos limpos e em bom estado de conservação, sempre que algum professor o solicite;
- Trazer consigo diariamente o material indispensável à execução das tarefas escolares;
- Manter um comportamento solidário, de respeito, evitando atitudes agressivas para com os colegas e restantes membros da comunidade educativa nos vários espaços escolares;
- Respeitar a integridade física e moral de todos os membros da comunidade educativa;
- Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
- Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração no jardim-escola de todos os colegas;
- Não praticar qualquer ato ilícito;
- Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
- Permanecer no jardim-escola durante o seu horário, salvo autorização contrária, por escrito, dos encarregados de educação ou da direção do jardim-escola;
- Manter um comportamento digno e disciplinado, a ser seguido também nos recreios, no refeitório e nas atividades de prolongamento e de tempos livres;
- Respeitar os colegas, funcionários, professores e diretores, colaborando com eles na criação de um clima de convivência e solidariedade que favoreça o trabalho escolar;



- Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração no jardim-escola de todos os alunos;
- Aceitar as responsabilidades que os professores e os colegas queiram confiar-lhe, contribuindo assim para a construção da comunidade educativa;
- Correção no trato social, em particular, com utilização de uma linguagem bem-educada e polida;
- Respeitar as instruções e observância dos avisos e orientações do pessoal docente e não docente;
- Participar imediatamente qualquer acontecimento perturbador da vida escolar que possa pôr em risco a sua segurança;
- Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes do jardim-escola, fazendo uso correto dos mesmos;
- Guardar silêncio e ordem, quando tiver que se deslocar de uma sala para outra, durante o funcionamento das aulas, para não perturbar o trabalho dos colegas;
- Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades (ex.: "Visitas de Estudo" ou "Aulas de Descoberta") a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
- Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa, cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola;

Nota: A Direção do jardim-escola não se responsabiliza pelo extravio ou estragos de objetos ou materiais de uso não obrigatório nas salas de aula, ou que sejam abandonados noutros locais do jardim-escola.



Artigo 11.º

Avaliação do Desempenho dos Docentes

A avaliação de desempenho docente deve ser um processo sistemático de obtenção de dados válidos e fiáveis, com o objetivo de comprovar e valorizar o modo como o docente desenvolve as suas capacidades pedagógicas, gere as suas emoções, vive responsabilmente a profissão, promove relações interpessoais com alunos, encarregados de educação, colegas, direção e representantes das instituições da comunidade envolvente do jardim-escola.

A avaliação de desempenho docente é objeto de regulamentação própria.

Após a avaliação de desempenho dos docentes serão adotados critérios de diferenciação positiva que permitirão, de acordo com regulamentação própria, distinguir os docentes que, de uma forma ou outra, se envolvam mais substantivamente na prossecução dos objetivos do Projeto Educativo do Jardim-Escola.

A denúncia e rescisão contratual com os docentes obedecerá aos normativos legais em vigor. O incumprimento das normas contidas neste documento, a inadaptação à aplicação do Método João de Deus ou a incapacidade pedagógica serão considerados motivo justificado para instaurar processo disciplinar com vista a possível despedimento.

Considerar-se-á, ainda, motivo de processo disciplinar com vista a possível despedimento a dificuldade relacional com alunos, encarregados de educação, colegas ou restantes colaboradores.

Artigo 12.º

Reuniões com os Encarregados de Educação

- **Reunião geral de encarregados de educação** – no início do ano letivo ou sempre que se sentir a necessidade de transmitir normas gerais do jardim-escola.
- **Reunião de encarregados de educação referente à turma** – no início do período letivo e no final dos 1.º e 2.º períodos.
- **Atendimento individual aos encarregados de educação** – semanalmente, ou quinzenalmente, ou três vezes por mês, durante uma hora, no período das atividades extracurriculares ou após o horário laboral do docente ou em casos excecionais.



Artigo 13.º

Visitas de Estudo

- As visitas de estudo são uma oportunidade privilegiada para criar condições de aprendizagem que permitam estimular aptidões, criar e desenvolver atitudes, proporcionar a aquisição de conhecimentos, contribuindo assim para a formação integral do aluno.
- Nenhum aluno poderá participar em visitas de estudo ou passeios de índole cultural sem autorização escrita e específica dos seus encarregados de educação.
- As visitas de estudo são organizadas sob a responsabilidade da direção do jardim-escola, devendo privilegiar-se a interdisciplinaridade.
- As visitas de estudo são programadas e fazem parte do Plano Anual de Atividades aprovado no início do ano letivo.
- As visitas de estudo serão comunicadas com uma semana de antecedência aos encarregados de educação.
- Compete ao docente responsável pela visita de estudo apresentar ao/à diretor/a um plano da visita, do qual deverá constar:
 - Nome da atividade ou ação;
 - Local;
 - Data da visita;
 - Programa previsto e itinerário descritivo (inclui hora de partida, chegada, local de dormida para os casos de mais de um dia);
 - Objetivos;
 - Número previsível de alunos;
 - Nome dos professores acompanhantes;
 - Meio de transporte a utilizar;
 - Forma de avaliação da atividade ou ação.
- A organização da visita de estudo deve ter em linha de conta os aspetos a seguir referidos:
 - O docente responsável pela visita de estudo deverá solicitar, obrigatoriamente, por escrito, aos encarregados de educação a respetiva autorização para a participação dos seus educandos, informando-os do plano da visita (atividade e ação, local, horário, itinerário, verbas necessárias);



- Todo o expediente ou correspondência para a organização da visita de estudo é feito pelo docente responsável, em articulação com o diretor.
- Após a visita de estudo, o docente responsável deverá proceder à sua avaliação através de um relatório que fará parte do Plano de Atividades de Turma/Plano de Turma.
- A não participação dos alunos nas visitas de estudo deverá ser fundamentada pelos encarregados de educação.

Artigo 14.º

Doença e Acidente dos Alunos

- Quando se verificam problemas de saúde ou acidentes com os alunos, os encarregados de educação serão informados imediatamente, via telefone.
- Se a situação inspirar preocupação, um funcionário do jardim-escola dirigir-se-á ao Centro de Saúde ou solicitará assistência da Emergência Médica (112) que decide se o aluno deverá ou não ser conduzido para o hospital.
- Sempre que o encarregado de educação conseguir chegar ao jardim-escola antes da saída do aluno (se for esse o caso) será o próprio a acompanhar o seu educando. Se tal não for possível, o aluno será sempre acompanhado por um elemento do jardim-escola que aguardará a chegada do encarregado de educação.
- A administração de medicamentos (por ex.: antibiótico), dietas prolongadas, tratamentos, só poderá ser feita mediante apresentação de cópia da receita médica ou declaração médica onde conste a respetiva dieta ou forma de administração (dose e horário a ser cumprido). As embalagens deverão ser identificadas com o nome do aluno e a posologia igualmente indicada, arrumadas em local adequado para tal fim. Se o medicamento tiver que voltar a casa, diariamente, essa informação deverá constar na embalagem.
- O aluno com suspeita de doença contagiosa não poderá permanecer no jardim-escola, só podendo regressar mediante a apresentação de declaração médica. No caso de o aluno ter febre ou demonstrar outros sinais de doença, será imediatamente contactado o encarregado de educação para que possa tomar as devidas providências.
- A partir do 3.º dia de falta é obrigatória a apresentação de justificação médica.
- Não é permitida a frequência de crianças com agentes parasitários na instituição, se prejudicarem o bem-estar das outras crianças.



Artigo 15.º

Secretaria

A elaboração do processo individual do docente é da responsabilidade dos serviços de cada jardim-escola, com a supervisão do/a respetivo/a diretor/a.

O processo individual do docente deve ser atualizado anualmente, devendo constar os seguintes elementos:

- Registo biográfico;
- Fotografia;
- Elementos identificativos;
- Certificado de habilitações autenticado;
- Registo criminal;
- Atestado médico e robustez física;
- Horário de trabalho;
- Identificação dos cargos pedagógicos ou de direção exercidos;
- Comprovativos de ações de formação contínua realizados;
- Comprovativo dos cargos pedagógicos exercidos;
- Certificados de tempo de serviço emitidos pela respetiva Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsTE).

Na secretaria do jardim-escola, encontram-se disponíveis:

- Livro de Reclamações;
- Regulamento Interno;
- O Projeto Educativo;
- Outros documentos.

Artigo 16.º

Inscrições e Matrículas

Condições de admissão:

- A matrícula no 1.º ano é obrigatória para os alunos que completem seis anos de idade até 15 de setembro;



- Os alunos que completem os seis anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro podem ingressar no 1.º ciclo do ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nas turmas já constituídas;
- O período normal para matrícula é fixado entre o dia 15 de abril e o dia 15 de junho do ano escolar anterior àquele a que a matrícula respeita;
- A matrícula é obrigatória e confere estatuto ao aluno, a qual para além dos direitos e deveres consagrados, integra os contemplados neste regulamento;
- Os alunos (vindos do exterior) para frequentarem a valência do 1.º ciclo poderão ser aceites pela Direção da Associação em caso de existência de vagas;
- O regime de semi-internato é obrigatório (os alunos dizem-se semi-internos quando, para além das atividades letivas, usufruem do serviço de refeições);
- No ato da inscrição/matricula ou renovação da mesma, deve constar no processo administrativo do aluno a identificação, endereço e números de telefone, da pessoa ou pessoas a contactar em caso de necessidade e por ordem de prioridade, e a autorização, devidamente assinada pelo encarregado de educação, com identificação da(s) pessoa(s) a quem o aluno pode ser entregue.

Frequência:

- A frequência do jardim-escola implica a concordância com todos os itens deste regulamento interno;
- Os encarregados de educação das crianças admitidas são informados por e-mail ou presencialmente, através de uma carta de admissão;
- As matrículas para as crianças cuja admissão foi aceite são efetuadas mediante o preenchimento de fichas administrativas fornecidas, bem como outros documentos referidos no artigo 17.º e terão lugar nas datas estabelecidas anualmente. Por matrícula ou renovação entende-se o ato administrativo através do qual os encarregados de educação formalizam oficialmente a frequência do seu educando;
- A renovação da inscrição/matricula aplica-se a todos quantos, já sendo alunos do jardim-escola, pretendem prosseguir os seus estudos e formaliza-se, anualmente, através do preenchimento do boletim de renovação da inscrição/matricula a entregar nos serviços da secretaria, no decorrer do mês de maio e, em casos excecionais, até ao final do mês de junho;



- No sentido de se organizar em cada ano letivo, com a devida antecedência, a listagem das vagas existentes, os encarregados de educação deverão comunicar, dentro do prazo indicado e através de circular enviada pelo secretariado administrativo, se desejam ou não que o seu filho/educando continue a frequentar o jardim-escola;
- O aluno não poderá matricular-se sem ter regularizado as dívidas pendentes;
- Os encarregados de educação tomam conhecimento do período em que a inscrição/matricula se deve efetuar por circular enviada pela direção do jardim-escola e também por aviso colocado no placard à entrada do jardim-escola;
- O valor do seguro escolar de cada aluno que frequenta o jardim-escola é imputável à respetiva família;
- No ato de admissão será dado conhecimento aos encarregados de educação do regulamento interno, das normas de funcionamento e outras indicações úteis, como a listagem de roupas e objetos pessoais necessários, etc.

Artigo 17.º

Formação de Turmas

- É objetivo da Associação de Jardins-Escolas João de Deus manter os alunos sempre na mesma turma. Só em situações devidamente fundamentadas, no âmbito do desenvolvimento do aluno e no seu superior interesse, poderão ser passíveis de exceção, depois de devidamente autorizadas pela direção do jardim-escola.
- No caso de o aluno ficar retido, será integrado na turma do ano de escolaridade correspondente ou, por decisão do conselho de docentes, na mesma turma.
- O docente não acompanha o mesmo grupo de alunos de um ano letivo para outro. No superior interesse dos alunos, a Direção da Associação pode autorizar, a título excecional, que o docente esteja dois anos consecutivos com a mesma turma.
- Sempre que se recebam alunos transferidos de outros Jardins-Escolas João de Deus, estes serão integradas nos mesmos anos a que pertencem.
- As turmas serão formadas do seguinte modo:
 - Alunos do 1.º Ano do 1.º CEB (6 anos) – Bibe Castanho;
 - Alunos do 2.º Ano do 1.º CEB (7 anos) – Bibe Verde;
 - Alunos do 3.º Ano do 1.º CEB (8 anos) – Bibe Azul Claro, liso;
 - Alunos do 4.º Ano do 1.º CEB (9 anos) – Bibe Azul Escuro, liso.

Nota: As idades acima referem-se a anos completados até 31 de dezembro do ano de matrícula.



Artigo 18.º

CrITÉrios de Prioridade na AdmissÃO

- Sempre que a capacidade do estabelecimento não permita a admissÃO do total de alunos inscritos, as admissões far-se-ão de acordo com os seguintes critérios:
 - a) Crianças em situaçÃO de risco ou casos de reconhecida necessidade social (aprovado pela DireçÃO da AssociaçÃO);
 - b) Alunos que tenham frequentado no ano transato a instituiçÃO;
 - c) Alunos com irmÃos a frequentar o jardim-escola ou centro infantil;
 - d) Alunos transferidos de outras escolas pertencentes à AssociaçÃO de Jardins-Escolas JoÃo de Deus;
 - e) AusênciA, indisponibilidade ou incapacidade comprovada do encarregado de educaçÃO em assegurar às criançAs os cuidados necessÁrios;
 - f) Alunos com pais que sejam funcionÁrios da instituiçÃO;
 - g) Alunos cujos encarregados de educaçÃO trabalhem ou residam na Área do centro educativo;
 - h) Filhos de antigos alunos;
 - i) ConcordÂncia das famÍlias com os princÍpios, os valores e as normas regulamentares da instituiçÃO.
- Se o aluno satisfizer um mÁximo de critÉrios de admissibilidade terÁ maior possibilidade de ser admitido.

Artigo 19.º

Lista de Espera

- Os alunos que nÃo forem admitidos fazem parte da lista de espera e ficarÃo a aguardar a possibilidade da existênciA de vaga.
- A lista de espera manter-se-Á em vigor atÉ os encarregados de educaçÃO comunicarem, por escrito, a anulaçÃo da prÉ-inscriçÃo.



Artigo 20.º

Calendário Escolar

Calendário Escolar

- O calendário escolar do jardim-escola é definido, anualmente, pela Direção da Associação, com base nas orientações dos despachos publicados pelo Ministério da Educação onde são estabelecidos parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar e que determinam as datas previstas para o início e termo dos períodos letivos, interrupção das atividades letivas, momentos de avaliação e de classificação.
- Para efeitos de aplicação considera-se:
 - “Ano escolar” e “ano letivo” — os espaços temporais definidos nos diplomas que estabelecem a organização e a gestão do currículo do ensino básico;
 - “Tempo letivo” — o período de tempo de 60 minutos.
- No final do ano letivo, as crianças deverão cumprir, obrigatoriamente, 30 dias de férias ininterruptas (entre 1 de julho e 31 de agosto).
- Até ao final do mês de março os encarregados de educação deverão informar o secretariado administrativo do jardim-escola em que mês o seu educando estará de férias, caso o jardim-escola não encerre durante o mês de agosto.

Artigo 21.º

Horários de Funcionamento do Jardim-Escola

O jardim-escola funciona de segunda a sexta-feira, com abertura às 8h00 e o encerramento às 19h00 (este horário poderá sofrer alterações pontuais em alguns jardins-escolas, de acordo com a realidade local, pois, caso se justifique, podem abrir às 7h00, segundo as normas estabelecidas pela Direção da Associação).

- Os encarregados de educação não se podem desresponsabilizar pelo cumprimento dos horários, pois prejudicam os alunos no seu quotidiano escolar.
- Os alunos poderão entrar no jardim-escola até às 9h30.
- Após este horário os alunos não poderão ser admitidos. Só em casos excecionais, devidamente justificados e de caráter muito pontual, os diretores do jardim-escola podem autorizar a entrada fora do horário estabelecido.
- Quando, por um motivo excecional, o diretor do jardim-escola entender não estarem asseguradas as condições humanas e materiais necessárias ao funcionamento do



estabelecimento, tem que ter a autorização da Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus para o poder encerrar, avisando por e-mail ou telefone os encarregados de educação.

- O jardim-escola poderá estar encerrado por um período necessário à limpeza e desinfestação de dois dias (sexta-feira anterior e segunda-feira seguinte) em data a comunicar com a devida antecedência (Circular normativa n.º 12/DSE, de 29-11-2006).
- A instituição poderá encerrar as instalações em situações especiais e imprevistas, designadamente doenças, epidemias, catástrofes naturais e outros casos imprevisíveis, devidamente atestados por entidade competente.

Secretariado Administrativo:

A secretaria do jardim-escola, diariamente, pode ter o seguinte horário:

- 8h30 – 13h00; 15h00 – 18h00. Um dos dias deverá estar aberta até às 18h30.

Este horário deverá ser adaptado à realidade e necessidade de cada jardim-escola, dando conhecimento do mesmo à Direção da Associação.

O horário de funcionamento da secretaria do jardim-escola deve ser comunicado aos encarregados de educação e estar afixado em lugar público antes do início de cada ano letivo.

Horário das Componentes educativa e de apoio à família:

8h00 às 9h00 – Componente de apoio à família;

9h00 às 13h00 – Componente educativa;

13h00 às 14h30 – Componente de apoio à família;

14h30 às 17h00 – Componente educativa;

17h00 às 17h30 – Componente de apoio à família.

Artigo 22.º

Acesso, Circulação e Saídas do Recinto Escolar

- Têm acesso aos estabelecimentos de educação e ensino os respetivos alunos e pessoal docente e não docente que neles exerçam a sua atividade profissional.
- As entradas e saídas dos edifícios escolares devem ser feitas de uma forma disciplinada, sem ruído, respeitando as pessoas e as atividades que aí decorrem.
- A permanência e circulação dos alunos nos pátios devem ser particularmente vigiadas.
- Durante os períodos de intervalo, as entradas dos edifícios escolares, assim como o espaço circundante, devem ser particularmente vigiados.



- Os encarregados de educação dos alunos poderão passar uma manhã no jardim-escola, assistir e partilhar em todas as atividades realizadas pelos alunos, nos dias previamente estabelecidos pela Direção do Jardim-Escola, devendo para tal inscrever-se, com antecedência, no secretariado.
- Os encarregados de educação poderão, no dia de aniversário do seu educando, participar na celebração desse dia.
- No final do ano letivo, haverá um dia dedicado à demonstração de atividades realizadas ao longo do ano, a que todos os encarregados de educação poderão assistir.
- É vedada a entrada nos espaços pertencentes ao jardim-escola a pessoas não identificadas ou não autorizadas superiormente.
- Os alunos estão impedidos de sair do recinto escolar durante os intervalos.
- As portas de entrada e saída dos edifícios estarão fechadas durante os intervalos, para prevenir a intrusão de estranhos.
- Os encarregados de educação só poderão circular para além dos espaços afetos aos serviços administrativos nas horas de visita à sala de aula, de atendimento individual, de reunião de encarregados de educação, de atividades previamente combinadas ou em situações acordadas e autorizadas pela direção do jardim-escola.
- Para os encarregados de educação com mobilidade reduzida, o jardim-escola assegura a respetiva solução para que tenham acesso ao edifício e às atividades que decorrerem no mesmo.
- Os alunos com mobilidade reduzida terão assegurado o acompanhamento de acesso ao edifício e aos locais necessários (por pessoal não docente) para o desenvolvimento da sua atividade escolar.
- O jardim-escola assegurará a alteração de sala de aula, caso exista necessidade ou por questões arquitetónicas, de modo a facilitar a mobilidade do aluno.
- Os alunos só poderão sair do jardim-escola acompanhados de pessoas previamente autorizadas, em declaração própria, assinada pelos encarregados de educação.

Artigo 23.º

Seguro Escolar

- O Seguro Escolar encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 413/99, de 8 de junho.



- O Seguro Escolar abrange todas as situações mencionadas no art.º 2.º da Portaria já aludida e ainda as situações resultantes do referido no Despacho n.º 22251/2005, de 25 de outubro – art.º 11, e do Despacho n.º 12590/2006 – art.º 24.
- O Seguro Escolar constitui um sistema de proteção destinado a garantir a cobertura financeira da assistência, em caso de acidente escolar, sendo um complemento aos apoios assegurados pelo sistema ou subsistemas e Seguros de Saúde de que os alunos sejam beneficiários.
- O seguro exclui, entre outros, danos sofridos pelo património e pelo vestuário ou outros objetos de uso pessoal e apetrechos dos alunos, professores e empregados do tomador do seguro.
- O referido seguro não abrange objetos pessoais que os alunos possam utilizar ou trazer, como por exemplo: óculos, aparelhos de ortodontia, objetos de ouro.

Artigo 24.º

Circuitos de Informação Interna e Externa

Existem expositores específicos para afixar informação relevante.

Todas as convocatórias devem ser afixadas em local próprio, com uma antecedência mínima de dois dias úteis; o prazo poderá não ser cumprido em situações de emergência comprovada, cabendo ao responsável as diligências necessárias para avisar os interessados em tempo útil.

Toda a informação relevante chegada ao jardim-escola deve ser comunicada ou entregue aos interessados, no prazo de três dias úteis; as comunicações e circulares devem chegar aos interessados no mais curto período de tempo.

No expositor, à entrada do jardim-escola, encontrar-se-á afixado:

- Autorização de funcionamento;
- Mapa de pessoal e respetivos horários;
- Nome do Diretor e dos membros do Conselho Diretivo;
- Horários de funcionamento e calendário do ano letivo em curso;
- Mapa semanal das ementas, assinado pelo respetivo responsável;
- Tabelas de participação familiar, com indicação dos valores máximos;
- Publicitação dos apoios financeiros da Segurança Social;
- Indicação da participação financeira da Segurança Social nas despesas de funcionamento;
- Plano de Atividades;



- Planta de Emergência;
- Regulamento Interno;
- Identificação da Apólice de Seguro Escolar;
- Identificação da existência de Livro de Reclamações.

Artigo 25.º

Transportes

(Para os jardins-escolas em que este artigo se aplica).

As carrinhas pertencentes à Associação de Jardins-Escolas João de Deus e destinadas ao transporte de alunos encontram-se equipadas segundo as normas definidas pela Lei n.º 5/2013, de 22 de janeiro, publicada em Diário da República.

Artigo 26.º

Plano de Segurança Interno

- Os Planos de Segurança Internos dos Jardins-Escolas João de Deus respeitam as regras estabelecidas na Lei e dadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.
- Uma das preocupações dominantes dos responsáveis da Associação de Jardins-Escolas João de Deus é a segurança de toda a comunidade escolar; como tal, tem procurado que todos interiorizem procedimentos, comportamentos individuais e coletivos de segurança, implementando as Medidas de Autoproteção necessárias e previstas na lei. Este procedimento visa possibilitar o desencadeamento de rotinas e procedimentos vários, tendo em vista a minimização de riscos, perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade, tão depressa quanto possível.
- Os Jardins-Escolas dispõem de um conjunto de Medidas de Autoproteção, inseridas no contexto do Plano de Segurança Interno, de acordo com o estabelecido na Lei, com carácter obrigatório e imprescindível, ao nível do seu conhecimento e execução, por parte do seu corpo docente, não docente e discente afetos a cada estabelecimento de ensino.
- O Plano de Segurança Interno é constituído pelo Plano de Prevenção, pelo Plano de Emergência Interno e pelos Registos de Segurança e estão de acordo com a Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e com a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro.



Artigo 27.º

Normas para Execução do Plano de Evacuação

- Em caso de perigo eminente, com necessidade de pôr em prática o plano de evacuação do jardim-escola, dever-se-á adotar o procedimento definido no Plano de Segurança Interno que deverá, obrigatoriamente, ser do conhecimento de toda a comunidade educativa.
- Cada docente será responsável pela turma que está a acompanhar, deverá providenciar para que os alunos saiam da sala de aula em fila ordenada.
- O docente deverá ser o último a sair da sala.
- Deverá acompanhar os seus alunos até aos locais previstos no Plano de Evacuação indicados (pontos de encontro) e aí permanecer, aguardando instruções das autoridades competentes.
- Os docentes, colaboradores não docentes e alunos que não se encontrem em salas de aula deverão dirigir-se, ordenadamente, até aos locais previstos no Plano de Evacuação indicados (pontos de encontro) e aí permanecer, aguardando instruções das autoridades competentes.
- As indicações e orientações da equipa constante da Estrutura Interna de Segurança devem ser rigorosamente cumpridas de modo a que se efetivem as medidas de autoproteção previstas com a finalidade de dotar o jardim-escola com um nível segurança eficaz.

Artigo 28.º

Outras Regras

- Algum material usado nas aulas de Expressão e Educação Plástica será adquirido pelos encarregados de educação.
- Não é permitido comercializar ou proceder a propaganda de quaisquer artigos, salvo se desse ato resultar uma atividade de reconhecido valor para a comunidade escolar.
- Qualquer alteração de residência e contactos telefónicos deverá ser comunicada, com a maior brevidade, à secretaria e ao docente da turma. A troca de informação no ato da receção e saída dos alunos (cuidados especiais, situações de exceção, ou outras de interesse para o conhecimento e desenvolvimento do aluno) deverão ser anotados.

Artigo 29.º

Metodologia para a Gestão de Reclamações

A metodologia da gestão de todas as reclamações, escritas ou orais, que integram as fases da receção, análise, resolução e tratamento preveem que sejam executadas através de:



1. Livro de Reclamações

Todos os centros educativos terão que ter um cartaz em local visível dizendo “Este estabelecimento dispõe de livro de reclamações”. O nome do organismo competente para apreciar a queixa também está incluído no cartaz.

A reclamação registada no livro tem que ser feita em triplicado. O/A Diretor/a do jardim-escola entregará ao reclamante o duplicado da queixa, tendo cinco dias úteis para enviar o original à entidade competente que a apreciará. A terceira cópia da reclamação permanece no livro não podendo dele ser retirada.

O reclamante pode também fazer o envio da queixa para essa entidade para se assegurar de que esta chega ao destino.

Conforme o Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro, os centros educativos terão um prazo de dez dias para apresentar alegações em sua defesa se tiver um processo de contraordenação.

2. Análise Interna pela Associação de Jardins-Escolas João de Deus

Em primeiro lugar, a Associação tentará compreender a natureza da reclamação do aluno de modo a ter a oportunidade de corrigir alguma situação que permita o progresso em termos escolares, tendo como objetivo melhorar a qualidade das relações humanas e a educação.

Algumas regras para gerir essa situação:

- Escutar atentamente o que o reclamante tem a dizer;
- Colocar perguntas de modo a compreender o problema, tentando também que o aluno possa refletir no sentido de dar uma resposta de forma a encontrar uma solução para a sua resolução;
- Tentar gerir a reclamação de maneira positiva, eficaz e eficiente, com empenho e vontade de fazer o melhor, desenvolvendo se necessário novas soluções em que, com a participação dos intervenientes, se encontrem mecanismos para facilitar e colaborar, valorizando o compromisso entre todos, para a melhoria da qualidade das relações humanas, qualidade do ensino e rendimento educativo;
- Permitir, de uma forma clara, aberta e verdadeira, o desenvolvimento humano, social e cultural, na qualidade de agentes que se interessem pelo enriquecimento e manutenção da comunicação e dos princípios defendidos pelos membros dos respetivos centros educativos da Associação de Jardins-Escolas João de Deus.



- 2.1. As reclamações recebidas no centro educativo devem ser apresentadas ao/à diretor/a do mesmo.
- 2.2. As reclamações feitas por telefone, documento escrito, carta, fax, e-mail, ou diretamente no centro educativo, serão caracterizadas quanto à sua gravidade.
- 2.3. Perante a situação apresentada e analisada, esta poderá ser tema de análise na reunião mensal que os docentes realizam em todos os centros educativos.
- 2.4. Quando há uma reclamação específica e individual de um aluno, esta será integrada no seu processo individual.
- 2.5. O/A diretor/a de cada centro educativo procederá à sua análise e anexará, junto à reclamação dos encarregados de educação, a explicação por escrito dos factos ocorridos, e a sua opinião (do pessoal visado ou da ocorrência), de molde a que os diferentes atores do processo e os respetivos factos comunicados sejam devidamente esclarecidos, ajuizados e resolvidos corretamente, encaminhando a reclamação ao Presidente da Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, que responderá diretamente à mesma dando conhecimento ao reclamante.
- 2.6. As eventuais sugestões quanto ao funcionamento da resposta social, ou quanto aos atos praticados pelo pessoal técnico e auxiliar, deverão ser apresentadas, por escrito, diretamente ao/à diretor/a, que os dirigirá superiormente à Direção da Associação, se excederem essa competência, ou se, pela sua gravidade, for entendido ser esse o procedimento adequado.

Artigo 30.º

Apoios Especializados

A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.

No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos. Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos.

Existem casos em que as necessidades se revestem de contornos muito específicos, exigindo a ativação de apoios especializados. Estes visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários

domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial.

Os apoios especializados podem implicar a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, processos, procedimentos e instrumentos, bem como a utilização de tecnologias de apoio. Portanto, não se trata só de medidas para os alunos, mas também de medidas de mudança no contexto escolar.

Os alunos com deficiências e incapacidades necessitam de ações positivas que exigem diferentes graus de intensidade e de especialização.

Os encarregados de educação têm o direito e o dever de participar ativamente, exercendo o poder parental nos termos da lei, em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu educando, acedendo, para tal, a toda a informação constante do processo educativo.

Quando, comprovadamente, os encarregados de educação não exerçam o seu direito de participação, cabe à escola desencadear as respostas educativas adequadas em função das necessidades educativas especiais diagnosticadas.

Quando os encarregados de educação não concordarem com as medidas educativas propostas pelo jardim-escola, podem recorrer aos serviços competentes, mediante documento escrito, no qual fundamentam a sua posição.

O jardim-escola deve incluir no seu projeto educativo a adequação relativa ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, necessárias para responder adequadamente às necessidades educativas especiais de carácter permanente dos alunos, com vista a assegurar a sua maior participação nas atividades de cada turma e da comunidade escolar em geral.

A educação especial pressupõe a referenciação dos alunos que eventualmente dela necessitem, a qual deve ocorrer o mais precocemente possível, detetando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades.

A referenciação (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro) deve ser comunicada ao/à diretor/a do jardim-escola, mediante o preenchimento de um documento onde se explicitam as razões que levaram a referenciar a situação e se anexa toda a documentação considerada relevante para o processo de avaliação.



Referenciado o aluno, compete ao Conselho de Docentes desencadear os procedimentos seguintes:

- solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico-pedagógico conjunto, com os contributos dos restantes intervenientes no processo, onde sejam identificadas, nos casos em que tal se justifique, as razões que determinam as necessidades educativas especiais do aluno e a sua tipologia, designadamente as condições de saúde, doença ou incapacidade;
- solicitar ao departamento de educação especial a determinação dos apoios especializados, das adequações do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deva beneficiar e das tecnologias de apoio;
- assegurar a participação ativa dos encarregados de educação, assim como a sua anuência;
- homologar o relatório técnico-pedagógico e determinar as suas implicações;
- nos casos em que se considere não se estar perante uma situação de necessidades educativas que justifiquem a intervenção dos serviços da educação especial, solicitar ao departamento de educação especial e aos serviços de psicologia o encaminhamento dos alunos para os apoios disponibilizados pela escola que melhor se adequem à sua situação específica.

Para a elaboração do relatório pode o Conselho de Docentes, quando tal se justifique, recorrer aos centros de saúde, a centros de recursos especializados e às escolas.

Do relatório técnico-pedagógico constam os resultados decorrentes da avaliação, obtidos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, servindo de base à elaboração do programa educativo individual e é parte integrante do processo individual do aluno.

A avaliação deve ficar concluída 60 dias após a referenciação com a aprovação do programa educativo individual pela Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus.

Quando o presidente do conselho decidir pela não aprovação, deve exarar “despacho” justificativo da decisão, devendo reenviá-lo à entidade que o tenha elaborado com o fim de obter uma melhor justificação ou enquadramento.

Serviço docente nos processos de referenciação e de avaliação

O serviço docente no âmbito dos processos de referenciação e de avaliação assume carácter prioritário, devendo concluir-se no mais curto período de tempo, dando preferência à sua execução sobre toda a atividade docente e não docente, à exceção da letiva.

O serviço de referenciação e de avaliação é de aceitação obrigatória e quando realizado por um docente é sempre integrado na componente não letiva do seu horário de trabalho.

Programa Educativo Individual

O Programa Educativo Individual (PEI) é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 12 de maio).

O PEI documenta as necessidades educativas especiais do aluno, baseadas na observação e avaliação de sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo, e integra o seu processo individual.

O modelo do PEI é aprovado por deliberação do conselho de docentes e inclui os dados do processo individual do aluno, nomeadamente identificação, história escolar e pessoal relevante, conclusões do relatório de avaliação e as adequações no processo de ensino e de aprendizagem a realizar, com indicação das metas curriculares, das estratégias, recursos humanos e materiais e formas de avaliação.

O modelo do PEI integra os indicadores de funcionalidade, bem como os fatores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à atividade e participação do aluno na vida escolar, obtidos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, em termos que permitam identificar o perfil concreto de funcionalidade.

Do modelo de Programa Educativo Individual devem constar, entre outros, obrigatoriamente:

- a identificação do aluno;
- o resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes;
- a caracterização dos indicadores de funcionalidade e do nível de aquisições e dificuldades do aluno;
- os fatores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem;
- definição das medidas educativas a implementar;
- discriminação dos conteúdos, dos objetivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar;



- nível de participação do aluno nas atividades educativas da escola;
- distribuição horária das diferentes atividades previstas;
- identificação dos técnicos responsáveis;
- definição do processo de avaliação da implementação do PEI;
- a data e assinatura dos participantes na sua elaboração e dos responsáveis pelas respostas educativas a aplicar.

O PEI é elaborado conjunta e obrigatoriamente pelo docente da turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação e, sempre que se considere necessário, pelos serviços referidos anteriormente.

Coordenação do Programa Educativo Individual

O coordenador do programa educativo individual é o docente da turma que o aluno integra.

A aplicação do programa educativo individual carece de autorização expressa do encarregado de educação, exceto nas situações previstas anteriormente.

Acompanhamento do Programa Educativo Individual

O programa educativo individual deve ser revisto a qualquer momento e, obrigatoriamente, no final de cada nível de educação e ensino e no fim de cada ciclo do ensino básico.

A avaliação da implementação das medidas educativas deve assumir carácter de continuidade, sendo obrigatória pelo menos em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola, quando tal se aplicar.

Dos resultados obtidos por cada aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no programa educativo individual, deve ser elaborado um relatório circunstanciado no final do ano letivo.

O relatório referido:

- É elaborado, conjuntamente pelo docente de turma, pelo docente de educação especial, pelo psicólogo e pelos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno e aprovado pelo conselho de docentes e pelo encarregado de educação;
- Explicita a existência da necessidade de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e de aprendizagem, propõe as alterações necessárias ao programa educativo individual e constitui parte integrante do seu processo individual;



- Tem em anexo o programa educativo individual, sendo comunicado ao estabelecimento que receba o aluno, para prosseguimento de estudos ou em resultado de processo de transferência.

Plano Individual de Transição

Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição, destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional.

No sentido de preparar a transição do aluno para a vida pós-escolar, o plano individual de transição deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária; deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, bem como pelos encarregados de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno.

A adequação do processo de ensino e de aprendizagem integra medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Constituem medidas educativas referidas:

- a) apoio pedagógico personalizado;
- b) adequações curriculares individuais;
- c) adequações no processo de matrícula;
- d) adequações no processo de avaliação;
- e) currículo específico individual;
- f) tecnologias de apoio.

As medidas referidas anteriormente podem ser aplicadas cumulativamente, com exceção das alíneas b) e e), não cumuláveis entre si.

As medidas educativas referidas pressupõem o planeamento de estratégias e de atividades que visam o apoio personalizado aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que integram obrigatoriamente o plano de atividades do jardim-escola de acordo com o projeto educativo.

O projeto educativo da escola deve conter:

- as metas e estratégias que a escola se propõe realizar com vista a apoiar os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- a identificação das respostas específicas diferenciadas a disponibilizar para os alunos surdos, cegos, com baixa visão, com perturbações do autismo e com multideficiência.

Apoio Pedagógico Personalizado

Entende-se por apoio pedagógico personalizado:

- a) o reforço das estratégias utilizadas na turma aos níveis da organização, do espaço e das atividades;
- b) o estímulo e reforço das competências e aptidões envolvidas na aprendizagem;
- c) a antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no seio do grupo ou da turma;
- d) o reforço e desenvolvimento de competências específicas.

O apoio definido nas alíneas a), b) e c) é prestado pelo professor de turma.

O apoio definido na alínea d) é prestado, consoante a gravidade da situação dos alunos e a especificidade das competências a desenvolver, pelo professor da turma ou da disciplina, ou pelo docente de educação especial.

Entende-se por adequações curriculares individuais aquelas que, mediante o parecer do conselho de docentes, respeitem o currículo do ensino básico e não ponham em causa a aquisição das competências terminais de ciclo.

As adequações curriculares podem consistir na introdução de áreas curriculares específicas que não façam parte da estrutura curricular comum, nomeadamente leitura e escrita em Braille, orientação e mobilidade, treino de visão e a atividade motora adaptada, entre outras.

As adequações curriculares podem consistir igualmente na introdução de objetivos e conteúdos intermédios em função das competências terminais do ciclo ou de curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos.

As adequações curriculares individuais podem traduzir-se na dispensa das atividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno, só sendo aplicáveis quando se verifique que o recurso a tecnologias de apoio não é suficiente para colmatar as necessidades educativas resultantes da incapacidade.



Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente podem, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, beneficiar do adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade obrigatória, por um ano, não renovável.

Adequações no Processo de Avaliação

As adequações quanto aos termos a seguir para a avaliação dos progressos das aprendizagens podem consistir, nomeadamente, na alteração do tipo de provas, dos instrumentos de avaliação e certificação, bem como das condições de avaliação, no que respeita, entre outros aspetos, às formas e meios de comunicação e à periodicidade, duração e local da mesma.

Os alunos com currículos específicos individuais não estão sujeitos ao regime de transição de ano letivo nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respetivo programa educativo individual.

Currículo Específico Individual

Entende-se por currículo específico individual, no âmbito da educação especial, aquele que, mediante o parecer do conselho de docentes, substitui as competências definidas para cada nível de ensino; pressupõe alterações significativas no currículo comum, podendo as mesmas traduzir-se na introdução, substituição e/ou eliminação de objetivos e conteúdos, em função do nível de funcionalidade do aluno. Este currículo individual inclui conteúdos conducentes à sua autonomia pessoal e social e dá prioridade ao desenvolvimento de atividades de cariz funcional centradas nos contextos de vida, à comunicação e à organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

Artigo 31.º

Situações de Negligência, Abusos e Maus Tratos

Como referido pelo Ministério da Saúde (Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro) “os maus tratos constituem um fenómeno complexo e multifacetado com repercussões negativas no crescimento, desenvolvimento, saúde, bem-estar, segurança e autonomia. Pode causar sequelas (neurológicas e outras), cognitivas, afetivas e sociais, irreversíveis, a médio e longo prazo”.

Os maus tratos contra a criança podem ser praticados pela omissão, pela supressão ou pela transgressão dos seus direitos, definidos por convenções legais ou normas culturais.

**Os maus tratos são divididos nos seguintes tipos:**

- **Negligência:** incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades de cuidados básicos de higiene, alimentação, saúde e afeto indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normal;
- **Maus tratos físicos:** uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas da criança, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta criança, deixando marcas evidentes;
- **Abandono:** incumprimento total e deliberado das obrigações parentais em relação à criança; pode ser abandono definitivo ou por períodos de tempo;
- **Abuso sexual:** envolvimento da criança ou adolescente em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou outra pessoa mais velha e mais forte;
- **Abuso emocional:** processo de desvalorização ou de desinteresse que se manifesta por meio de uma hostilidade verbal ou crónica;
- **Síndrome de Munchausen por procuração:** Inventar doenças para submeter a criança a contínuos tratamentos médicos ou períodos de hospitalizações que não necessitam.

Indicadores de situações de maus tratos ou perigo:**a) Indicadores Físicos:**

- Vai frequentemente para o jardim-escola sem tomar o pequeno-almoço;
- Usa sempre ou frequentemente vestuário desadequado em relação à estação do ano;
- Usa sempre ou frequentemente o mesmo vestuário;
- Apresenta equimoses, hematomas, escoriações, queimaduras e mordeduras em locais pouco comuns aos traumatismos do tipo acidental;
- Adoece com muita frequência.

b) Indicadores Comportamentais:

- Não quer ir para casa;
- Manifesta atitudes defensivas perante qualquer aproximação física;
- Mostra-se cauteloso no contacto físico com adultos ou com os encarregados de educação;
- Tem sempre ou frequentemente uma atitude hipervigilante;

- Permanece sempre ou frequentemente muito tempo calado;
- É frequentemente pouco expressivo;
- Mostra-se sempre ou frequentemente muito inquieto;
- Chora sempre ou frequentemente sem justificação;
- Mostra-se sempre ou frequentemente triste;
- Procura sempre ou frequentemente proteção no professor/auxiliar;
- Mostra-se sempre ou frequentemente apreensivo quando vê outros colegas a chorar;
- Manifesta frequentemente pouca empatia com os sentimentos das outras pessoas;
- Tenta continuamente ser o centro das atenções;
- Isola-se sempre ou frequentemente;
- Os colegas não simpatizam com ele;
- É sempre ou frequentemente agressivo com os colegas;
- Mostra-se sempre ou frequentemente passivo e retraído;
- Destroía frequentemente objetos;
- Tem problemas de enurese no prolongamento de horário tendo em conta a sua idade.

c) Indicadores Familiares:

- Subestimam frequentemente os comportamentos perturbadores/problemáticos;
- Recusam-se a comentar os problemas da criança;
- Não dão nenhuma explicação aceitável para as situações sinalizadas pelos professores;
- Não impõem limites ao comportamento da criança;
- São extremamente protetores da criança;
- Tratam os irmãos de forma desigual;
- Têm uma imagem negativa da criança;
- Queixam-se frequentemente do comportamento da criança. São muito exigentes com a criança;
- Utilizam uma disciplina demasiado rígida e autoritária;
- Utilizam o castigo físico como método de disciplina;



- Culpam ou desprezam a criança;
- Não manifestam afeto em relação à criança;
- Não se preocupam com a educação da criança;
- Não se preocupam com a sua estimulação;
- Parecem não se preocupar com a criança;
- Não prestam atenção às suas necessidades;
- Têm expectativas irrealistas em relação à sua idade e às suas capacidades;
- Atuam como se a criança fosse propriedade sua;
- Privam a criança de relações sociais (e/ou da visita do outro progenitor);
- Estão frequentemente ausentes de casa;
- Deixam a criança sem supervisão;
- Deixam frequentemente o cuidado da criança a estranhos;
- Mostram excessiva ansiedade perante a criança.

Artigo 32.º

Metodologia para a Gestão e Prevenção de Situações de Negligência, Abusos e Maus Tratos

Na área da proteção à infância cabe ao Assistente Social do Gabinete de Apoio à Família e Comunidade (GAFC) investigar e avaliar os casos de suspeita de maus tratos em crianças e jovens. A intervenção ao nível da infância – promoção dos direitos e proteção de crianças – deve atender ao interesse superior da criança; respeitar a intimidade pelo direito à imagem e pela reserva da sua vida privada; interferir na vida do menor e da sua família apenas quando necessário para afastar a situação de perigo; responsabilizar os encarregados de educação relativamente aos deveres para com os educandos; dar prevalência às medidas que interferem pelo menor na sua família ou que promovam a adoção. Quer seja através da rede formal ou informal que o sistema de intervenção na proteção aconteça, existem diversas fases neste processo que têm aspetos essenciais e comuns:

Suspeita ou deteção é o momento decisivo para poder ajudar a criança que está a ser vítima de maus tratos, bem como a sua família. O alerta para situações de maus tratos deve ser dado o mais precocemente possível.



Sinalização é o ato de dar conhecimento de uma situação ou de uma suspeita de maus tratos mediante denúncia (Magalhães, 2005:72). A denúncia de situações de maus tratos constitui um dever de todas as instituições, sendo que possui carácter obrigatório como refere o n.º 2 do artigo 66.º da Lei 147/99 de 1 de Setembro *a comunicação é obrigatória para qualquer pessoa que tenha conhecimento de situações que ponham em risco a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade da criança ou do jovem.*

Cabe aos diferentes colaboradores comunicar os maus tratos que possam identificar.

Sempre que se verifiquem situações de maus tratos, compete ao colaborador que as identifique informar o/a Diretor/a que registará o sucedido na ficha de ocorrência de incidentes ou violência. O/A Diretor/a convocará os encarregados de educação para uma reunião conjunta com o Professor/colaborador que identificou a situação de maus tratos a fim de dar conhecimento e recolher a informação/opinião dos mesmos. Pretende-se ajudar a família para que esta situação não se repita. Apesar de todos os esforços desenvolvidos, se as situações de maus tratos se mantiverem, a/o Diretor/a procederá à sua sinalização às entidades competentes, nomeadamente:

- CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens);
- Autoridades;
- Ministério Público.

Compete também ao técnico de CPCJ, no âmbito das crianças maltratadas:

- Promover o apoio psicossocial e acompanhamento social ao menor e à família, auxiliando-os no desenvolvimento de um projeto de vida;
- Mediar o relacionamento na família (muitas vezes excluída) e desta com as instituições e com a sociedade local;
- Promover o apoio domiciliário, através de uma equipa de técnicos especializados (ex.: educadores sociais), favorecendo a permanência do menor na família e no seu contexto social;
- Preparar o menor, quando estiver em causa a sua retirada da família;
- Preparar o menor para a realização de exames médicos ou para audiência em tribunal;
- Elaborar os relatórios sociais com vista à definição do projeto de vida do menor e da família;
- Elaborar relatórios sociais para órgãos criminais, sempre que se justifique;
- Elaborar os programas de prevenção dos maus tratos



Em situações de maus tratos, verificados nos menores que frequentam as respostas sociais da escola, o professor, auxiliar ou outro técnico que o detetar deverá, com o conhecimento do/a diretor/a, comunicar ao técnico de serviço social do CPCJ, para que este possa realizar uma análise sociofamiliar da criança e comunicar a outras instâncias caso se justifique.

Dever-se-á prevenir todo o tipo de violência contra as crianças quando se fala em prevenção, inevitavelmente, pensa-se em antecipar algo, tratar e atuar antes que algo aconteça, o que implica agir. Não é só evitar algo, é intervir atempadamente, é apostar num futuro melhor, individual e coletivo, de forma a melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das crianças.



2 — Normas Específicas para a Valência do 1.º Ciclo

Artigo 33.º

Promoção do Sucesso Escolar

A revisão da estrutura curricular nos jardins-escolas assenta no Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho.

O currículo concretiza-se em planos de estudo elaborados em consonância com as matrizes curriculares do presente diploma, integrado na metodologia João de Deus, com estratégias de concretização e desenvolvimento adaptados às características das turmas.

Os jardins-escolas promovem a coadjuvação nas áreas das expressões, bem como um reforço do acompanhamento do desempenho dos alunos e das suas necessidades específicas:

- Conceber, propor e gerir medidas específicas de diversificação da oferta curricular;
- Implementar ações de acompanhamento e complemento pedagógico, orientadas para a satisfação de necessidades específicas;
- Adotar medidas que favoreçam a igualdade de oportunidades, criando temporariamente grupos de homogeneidade relativa em disciplinas ao longo do 1.º ciclo, atendendo aos recursos da escola e às circunstâncias concretas;
- Fomentar a colaboração nas áreas das expressões de outros professores;
- Promover um acompanhamento mais eficaz face ao desempenho dos alunos, através de apoios específicos;
- Dar continuidade ao apoio ao estudo, a par das outras atividades de enriquecimento curricular;

O papel da escola é ajudar os alunos a desenvolver as capacidades, destrezas, habilidades, conhecimentos, mas, sobretudo, os valores e atitudes para terem sucesso no futuro.

Artigo 34.º

Currículo

Por currículo entende-se o conjunto de conteúdos e objetivos que, devidamente articulados constituem a base da organização do ensino e da avaliação do desempenho dos alunos, assim como outros princípios orientadores com o mesmo objetivo.

O currículo concretiza-se em planos de estudo elaborados em consonância com a matriz curricular da Associação de Jardins-Escolas João de Deus.

Artigo 35.º

Avaliação dos Alunos

A avaliação (Despacho normativo n.º 17-A/2015, de 22 de setembro) é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisada, apoia a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

Objetivos da avaliação:

- Apoiar o processo educativo de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento do Plano de Turma, nomeadamente, quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
- Orientar o percurso escolar, dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos;
- Promover o rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa;
- Melhorar o ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares.
- Prestar um maior acompanhamento aos alunos através de uma oferta de apoio ao estudo no 1.º ciclo;
- Certificar as diversas aprendizagens e competências adquiridas pelo aluno, no final do 1.º ciclo, através da avaliação sumativa externa;
- Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.



Objeto da avaliação:

- Tem por base o Projeto Educativo do jardim-escola e incide sobre as aprendizagens, competências e orientações definidas no currículo nacional, metas curriculares, de acordo com o plano de estudos próprios da Associação de Jardins-Escolas João de Deus;
- As aprendizagens de caráter transversal e de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão do Português e da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), constituem objeto de avaliação em todas as áreas curriculares.

Princípios da avaliação:

A avaliação tem uma vertente contínua e sistemática e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, de modo a permitir rever e melhorar o processo de trabalho.

A avaliação das aprendizagens e competências assenta nos seguintes princípios:

- consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, de acordo com a natureza das mesmas e dos contextos em que ocorrem;
- utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados;
- primazia da avaliação formativa com valorização dos processos de autoavaliação regulada e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- valorização da evolução do aluno;
- transparência e rigor do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adotados;
- diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

Intervenientes da avaliação

Intervêm no processo de avaliação:

- o docente;
- o aluno;
- o encarregado de educação;
- os docentes de apoio;



- o conselho de docentes;
- o/a diretora pedagógico/a ou o conselho diretivo;
- a administração educativa.

A avaliação é da responsabilidade dos Docentes, do Conselho de Docentes, do/a Diretor/a Pedagógico e do Conselho Diretivo.

O jardim-escola assegura a participação dos seguintes intervenientes, no processo de avaliação, da seguinte forma:

- O **docente** – de modo formal através da sua participação nas reuniões pedagógicas dos Conselhos de Docentes marcadas para o efeito;
- O **aluno** – de modo formal ou informal através da realização de autoavaliação ao longo do ano, sempre que se justificar;
- O **conselho de docentes** – de modo formal através da participação de todos os docentes nas reuniões pedagógicas marcadas para o efeito;
- O **encarregado de educação** – de modo formal e/ou informal através da participação em reuniões de atendimento individualizado, sempre que seja solicitado ou por vontade própria, ao longo do ano letivo, e através da análise crítica, voluntária, dos registos de avaliação trimestrais;
- Os **docentes de apoio** – de modo formal e/ou informal através da elaboração de relatórios e promoção de reuniões, sempre que se justificar e caso o aluno beneficie direta ou indiretamente dos seus serviços;
- O **Diretor Pedagógico ou o Conselho Diretivo** – de modo formal através da promoção de reuniões, sempre que se justificar.

Critérios de Avaliação

No início do ano letivo, compete ao conselho de docentes do jardim-escola, de acordo com as orientações do currículo nacional, e tendo em consideração o Projeto Curricular dos Jardins-Escolas João de Deus, definir os critérios de avaliação para cada valência e para cada ano de escolaridade, sob proposta dos elementos integrantes do conselho de docentes.

Os critérios de avaliação mencionados no parágrafo anterior constituem referenciais comuns, no interior do jardim-escola, sendo operacionalizados pelo docente titular de turma. Devem estar centrados nos conhecimentos e nas capacidades dos alunos, designadamente na avaliação dos



progressos dos alunos nas metas curriculares e incluir o peso da avaliação nas suas várias componentes (escrita e oral).

O Diretor Pedagógico ou o Conselho Diretivo deve garantir a divulgação dos critérios de avaliação junto dos diversos intervenientes, nomeadamente alunos e encarregados de educação.

CrITÉRIOS de Avaliação Gerais

- **Observar:**

- os comportamentos;
- a aquisição de conhecimentos;
- a capacidade de aprendizagem;
- a assiduidade;
- a pontualidade;
- a aquisição de capacidades, destrezas e habilidades;
- a aquisição de valores e atitudes.

- **Valorizar:**

- a iniciativa própria e a criatividade;
- a persistência e a autonomia;
- a relação positiva com os colegas e os adultos;
- a avaliação do seu próprio trabalho;
- a pesquisa.

- **Considerar:**

- a progressão na aprendizagem;
- o interesse e a participação nos trabalhos;
- as atitudes na sala e no recreio;
- a assiduidade;
- a pontualidade;
- a aplicação dos conhecimentos;
- a capacidade de trabalho em grupo e revelação de autonomia;

- a utilização de capacidades, destrezas e habilidades;
- a disciplina;
- a prática de valores e atitudes.

- **Transversais:**

- Métodos de trabalho e de estudo;
- Tratamento da informação;
- Comunicação;
- Estratégias cognitivas;
- Relacionamento interpessoal e de grupo.

Classificação das Fichas de Avaliação

Classificação	Nomenclatura
0% – 19%	Fraco
20% – 49%	Não Satisfaz
50% – 69%	Satisfaz
70% – 89%	Bom
90% – 100%	Muito Bom

Nomenclatura das Fichas de Avaliação

Fraco (F) – Evidencia a não aquisição de conhecimentos, de factos, conceitos e princípios;

Não Satisfaz (NS) – Evidencia a existência de muitas lacunas na aquisição de conhecimentos, de factos, conceitos e princípios;

Satisfaz (S) – Evidencia, apesar da existência de algumas lacunas, a aquisição de conhecimentos, de factos, conceitos e princípios;

Bom (B) – Evidencia com clareza a aquisição de conhecimentos, de factos, de conceitos e princípios;

Muito Bom (MB) – Evidencia com muita facilidade a aquisição de conhecimentos, de factos, conceitos e princípios, assim como um sentido crítico pertinente nas suas intervenções.

Avaliação Sumativa

A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem pelos alunos.



A avaliação sumativa interna, que se realiza no final de cada período letivo, é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica do jardim-escola.

A avaliação sumativa interna:

- Informa o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem definida para cada disciplina;
- Traduz as decisões sobre o percurso escolar do aluno.

A avaliação sumativa externa, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, compreende a realização de provas finais, no 4.º ano de escolaridade as quais incidem sobre os conteúdos do 1.º ciclo, nas disciplinas de Português, Matemática.

Formalização da avaliação sumativa interna

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade do professor titular de turma e dos órgãos de direção do jardim-escola. Compete ao professor titular de turma coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência do professor titular de turma em articulação com os restantes professores da mesma.

Nos 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se de forma descritiva em todas as áreas disciplinares e não disciplinares/disciplinas.

No 4.º ano de escolaridade, a avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se numa escala de 1 a 5 nas disciplinas de Português e de Matemática e de forma descritiva nas restantes áreas.

No 4.º ano de escolaridade, no final do 3.º período, e antes de serem divulgados os resultados da avaliação externa, o professor titular de turma atribui a classificação final nas disciplinas de Português e de Matemática e uma menção qualitativa nas restantes áreas.

As expressões artísticas e físico-motoras correspondem a uma única avaliação, devendo, no entanto, a mesma ter por referência os conteúdos e objetivos próprios de cada um dos respetivos professores.

A avaliação sumativa interna do final do 3.º período tem as seguintes finalidades:

- Formalização da classificação correspondente à aprendizagem realizada pelo aluno ao longo do ano letivo;



- Decisão sobre a transição de ano;
- Verificação das condições de admissão à 2.ª fase das provas finais do 1.º ciclo e definição do plano de apoio pedagógico a cumprir no período de acompanhamento extraordinário.

A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, expressa-se numa menção qualitativa de *Muito bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Efeitos da Avaliação

A evolução do processo educativo dos alunos do ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo para o ciclo imediato, o aluno que tenha adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades definidas para cada ciclo de ensino.

A avaliação diagnóstica visa facilitar a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e o reajustamento das estratégias de ensino.

A avaliação formativa gera medidas pedagógicas adequadas às características dos alunos e à aprendizagem a desenvolver.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão, retenção ou reorientação do percurso educativo do aluno.

Em situações em que o aluno não adquira os conhecimentos, nem desenvolva as capacidades definidas para o ano de escolaridade que frequenta, o professor titular da turma, ouvido o conselho de docentes, deve propor as medidas necessárias para colmatar as deficiências detetadas no percurso escolar do aluno, o eventual prolongamento do calendário escolar para estes alunos.

Caso o aluno não adquira os conhecimentos predefinidos para um ano não terminal do ciclo que, fundamentadamente, comprometam a aquisição dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades definidas para um ano de escolaridade, o professor titular de turma, ouvido o conselho de docentes, pode a título excepcional, determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade (com exceção do 1.º ano).

No 1.º de escolaridade não há lugar a retenção, exceto se tiver ultrapassado o limite de faltas e, após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, o professor titular da turma em articulação com o conselho de docentes, decide pela retenção do aluno.

No 2.º ano e 3.º anos de escolaridade apenas há lugar a retenção numa das seguintes circunstâncias:



- O aluno tiver ultrapassado o limite de faltas e, após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, o professor titular da turma em articulação com o conselho de docentes, decida pela retenção do aluno;
- Após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio para garantir o seu acompanhamento face às primeiras dificuldades detetadas, o professor titular da turma, em articulação com o conselho de docentes, decida que a retenção desse aluno é mais benéfica para o seu progresso.
- Verificando-se a retenção compete ao professor titular de turma, identificar os conhecimentos não adquiridos e as capacidades não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do plano de turma em que o aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.
- No final do ciclo do ensino básico, se o aluno tiver obtido classificação inferior a 3 simultaneamente nas disciplinas de (i) Inglês, de (ii) Português ou Matemática e, cumulativamente, (iii) menção insuficiente em pelo menos uma das outras disciplinas, o aluno não progride e obtém a menção de NÃO APROVADO.

Medidas de promoção do sucesso escolar e situações especiais de avaliação

Devem ser adotadas pela escola medidas de promoção do sucesso escolar, definindo-se, sempre que necessário, planos de atividades de acompanhamento pedagógico orientados para a turma ou individualizados, com medidas adequadas à resolução das dificuldades dos alunos, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que se podem concretizar designadamente através de:

- Medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento e complemento pedagógico mais eficaz do aluno, face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas;
- Apoio ao estudo, tendo por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática, nomeadamente a resolução dos trabalhos de casa;
- Grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes, tendo em atenção os recursos da escola e a pertinência das situações;
- A oferta complementar visa contribuir para a formação integral dos alunos em áreas de cidadania, artísticas, culturais, científicas e outras;



- Coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino;
- Adoção, em condições excepcionais devidamente justificadas pela escola e aprovadas pelos serviços competentes da administração educativa, de percursos específicos, designadamente percursos curriculares alternativos e programas integrados de educação e formação, adaptados ao perfil e especificidades dos alunos;
- Desenvolvimento de ações de apoio ao crescimento e ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos, visando igualmente a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos de risco;
- Acompanhamento extraordinário dos alunos, conforme estabelecido no calendário escolar.

O plano de acompanhamento pedagógico de turma ou individual é traçado, realizado e avaliado sempre que necessário, em articulação com outros técnicos de educação e em contacto regular com os encarregados de educação.

Aos alunos que revelem em qualquer momento do seu percurso dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina ou área disciplinar é aplicado um plano de acompanhamento pedagógico, elaborado pelo professor titular de turma, ouvido o conselho de turma, contendo estratégias de recuperação que contribuam para colmatar as insuficiências detetadas.

Os alunos do 4.º ano de escolaridade que, após as reuniões de avaliação de final de ano, já com o conhecimento e com a ponderação dos resultados da 1.ª fase das provas finais, não obtenham aprovação, bem como os alunos que obtiveram uma classificação final superior a 3 após as provas finais realizadas na 1.ª fase, podem usufruir de prolongamento do ano letivo.

O período de acompanhamento extraordinário decorre entre a realização das reuniões de avaliação e a realização da 2.ª fase das provas finais e visa colmatar deficiências detetadas no percurso escolar dos alunos.

Cabe ao/à diretor/a do jardim-escola assegurar a organização e gestão do período de acompanhamento extraordinário.

Os alunos que se encontrem na situação referida anteriormente são automaticamente inscritos no período de acompanhamento extraordinário, sendo obrigatória a sua frequência, exceto se o encarregado de educação não o permitir.

O encarregado de educação que não pretenda que o seu educando frequente o acompanhamento extraordinário previsto anteriormente comunica por escrito o seu desacordo ao diretor da escola. Este pedido não prejudica o acesso do aluno à 2.ª fase das provas finais de ciclo.



Após a realização da 2.ª fase das provas finais do 1.º ciclo, os alunos progredem e obtêm a menção de *Aprovado* se estiverem nas condições estipuladas para aprovação, transição e progressão.

Condições de aprovação, transição e progressão

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de *Transitou* ou de *Não Transitou*, no final de cada ano, e de *Aprovado* ou de *Não Aprovado*, no final de cada ciclo.

No final de cada um dos ciclos do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

- Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas áreas disciplinares ou disciplinas de Português e de Matemática;

A disciplina de Educação Moral e Religiosa, as atividades de enriquecimento curricular, o apoio ao estudo e a oferta complementar não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

Constituição e funcionamento do conselho de docentes de avaliação

O conselho de docentes será constituído, para efeitos de avaliação dos alunos, por todos os professores titulares de turma e pelos diretores do jardim-escola.

A classificação final a atribuir em cada disciplina é da competência do professor titular de turma, ouvido o conselho de docentes.

As deliberações do conselho de docentes devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação, quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

No caso de recurso à votação, todos os membros do conselho de docentes devem votar nominalmente, não havendo lugar a abstenção, sendo registado em ata o resultado da votação.

A deliberação só pode ser tomada por maioria, sendo que o diretor do jardim-escola tem voto de qualidade em caso de empate.

Na ata da reunião de conselho de docentes, devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.

Registo das classificações e ratificação das deliberações

As classificações no final de cada período letivo, no 4.º ano são registadas em pauta.

As decisões do professor titular de turma carecem de ratificação do responsável da direção do jardim-escola.

O responsável da direção do jardim-escola deve proceder à verificação das pautas e da restante documentação relativa às reuniões do conselho de docentes, assegurando-se do integral cumprimento das disposições em vigor e da observância dos critérios definidos pelo conselho de docentes, competindo-lhe desencadear os mecanismos necessários à correção de eventuais irregularidades.

As pautas, após a ratificação, são afixadas em local apropriado no interior da escola, nelas devendo constar a data da respetiva afixação.

Revisão das deliberações

As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao órgão de direção da escola no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação nos 1.º, 2.º e 3.º anos ou da afixação das pautas no 4.º ano de escolaridade.

Os pedidos de revisão são apresentados em requerimento devidamente fundamentado em razões de ordem técnica, pedagógica ou legal, dirigido ao diretor do jardim-escola, podendo ser acompanhado dos documentos considerados pertinentes.

Os requerimentos recebidos depois de expirado o prazo fixado, bem como os que não estiverem fundamentados, serão liminarmente indeferidos.

O diretor do jardim-escola convoca, nos cinco dias úteis após a aceitação do requerimento, uma reunião com o professor titular de turma, para apreciação do pedido de revisão, podendo confirmar ou modificar a avaliação inicial, elaborando um relatório pormenorizado.

Da deliberação do diretor do jardim-escola e respetiva fundamentação é dado conhecimento ao encarregado de educação, através de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da receção do pedido de revisão.

O encarregado de educação pode ainda, se assim o entender, no prazo de cinco dias úteis após a data de receção da resposta ao pedido de revisão, interpor recurso hierárquico para o serviço competente do Ministério da Educação e Ciência, quando o mesmo for baseado em vício de forma existente no processo.

Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.



Artigo 36.º

Processo Individual do Aluno

O percurso escolar do aluno deve ser documentado de forma sistemática no processo individual a que refere o artigo 11.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro – Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

O processo individual é atualizado ao longo de todo o ensino básico, de modo a proporcionar uma visão global do percurso do aluno, facilitando o seu acompanhamento e permitindo uma intervenção adequada.

A atualização do seu processo individual é da responsabilidade do professor titular de turma;

O processo individual é de acesso restrito, deve ser permanentemente atualizado e ser do conhecimento dos docentes, dos encarregados de educação, de outros intervenientes no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

O processo individual acompanha o aluno, obrigatoriamente, sempre que este mude de escola.

Do processo individual do aluno devem constar todos os elementos que assinalem o seu percurso e a sua evolução ao longo deste, designadamente:

- a) Elementos fundamentais da sua identificação;
- b) Fichas de registo de avaliação: contêm, de forma sumária, os elementos relativos ao desenvolvimento dos conhecimentos, capacidades e atitudes do aluno e são entregues no final de cada momento de avaliação, designadamente, no final de cada período escolar, ao encarregado de educação, pelo professor titular da turma ou pelo diretor. A pedido do interessado, as fichas de registo de avaliação serão ainda entregues ao progenitor que não resida com o aluno menor de idade;
- c) Relatórios médicos e/ou de avaliação psicológica, quando existam;
- d) Programas de acompanhamento pedagógico, quando existam;
- e) Programas educativos individuais e os relatórios circunstanciados, no caso de o aluno ser abrangido pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, incluindo, quando aplicável, o currículo específico individual definido no artigo 21.º daquele Decreto-Lei;
- f) Os elementos previstos no n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro;
- g) Outros elementos considerados relevantes para a evolução e formação do aluno (ex.: documento com informação global das aprendizagens mais significativas das crianças realçando o seu percurso, evolução e progressos).



Artigo 37.º

Processo Administrativo do Aluno

O jardim-escola organiza um processo individual administrativo do aluno, do qual constem, designadamente os documentos necessários à admissão no centro educativo:

- a) Ficha de Inscrição (devidamente assinada pelos encarregados de educação, com identificação da(s) pessoa(s) a quem a criança pode ser entregue);
- b) Autorizações Permanentes de Saída;
- c) Declaração de Situações de Emergência;
- d) Exemplar da apólice do seguro escolar;
- e) Exemplar do contrato de prestação de serviços;
- f) Duas fotografias tipo-passe;
- g) Declaração médica comprovativa de que a criança não sofre de doença infetocontagiosa e outras Informações, tais como dieta, medicação, alergias e identificação do nome do pediatra ou do médico assistente;
- h) Número de Identificação da Segurança Social – NISS (obtido através da Segurança Social);
- i) Identificação, endereço e telefones, da pessoa ou pessoas a contactar em caso de necessidade e por ordem de prioridade;
- j) Fotocópias (de documentos atualizados):
 - Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão dos encarregados de educação;
 - Boletim de Nascimento ou Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
 - Cartão de Contribuinte;
 - Cartão de Utente do Ministério da Saúde;
 - Boletim Individual de Saúde (comprovação da situação das vacinas);
 - Acordo de responsabilidade parental (se aplicável);
 - Declaração de rendimento para efeitos fiscais do agregado familiar – Modelo 3 da declaração do IRS e respetiva nota de liquidação;
 - Último recibo da renda de casa (contendo o número de contribuinte do senhorio) ou comprovativo da prestação mensal paga ao banco por empréstimo de habitação própria e permanente;



- k) Registo de períodos de ausência, bem como de ocorrência de situações anómalas e outros considerados necessários;
- l) Registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestações de serviços;
- m) Critérios de admissão aplicados;
- n) Motivo da anulação da matrícula a meio do ano letivo (os encarregados de educação têm que fornecer essa informação);
- o) Boletim de matrícula:
 - 1.º ano: modelo 0210;
 - 2.º, 3.º e 4.º anos: modelo 1029 (renovação de matrícula).

Artigo 38.º

Outros Instrumentos de Registo

Constituem ainda instrumentos de registo de cada aluno:

- O registo biográfico;
- A caderneta escolar;
- As fichas de registo da avaliação.

O registo biográfico contém os elementos relativos à assiduidade e aproveitamento do aluno, cabendo à escola a sua organização, conservação e gestão.

A caderneta escolar contém as informações da escola e do encarregado de educação, bem como outros elementos relevantes para a comunicação entre a escola e os pais ou encarregados de educação, sendo propriedade do aluno e devendo ser por este conservada.

Artigo 39.º

Secretariado de Exames e de Provas

O secretariado de exames e de provas, nomeado pelo Diretor Pedagógico, é constituído por um coordenador e um subcoordenador.

Ao secretariado de exames compete:

- Organizar o processo de exames do ensino básico, onde se incluem as provas finais do 4.º ano;
- Organizar o processo dos testes intermédios da responsabilidade do IAVE (Instituto de Avaliação Educacional) a realizar na escola;



- Zelar para que sejam cumpridas todas as disposições previstas na lei;
- Ao secretariado de exames compete organizar:
 - Elaboração e divulgação da calendarização de todo o processo;
 - Elaboração e divulgação do mapa de vigilâncias;
 - As salas para a realização das provas;
 - O espaço escolar de forma a garantir o ambiente propício à realização das provas;
 - A receção das provas;
 - A execução de todo o trabalho necessário à realização de exames e provas nos dias em que as mesmas se realizam;
 - O envio das provas ao responsável do Agrupamento de Escolas/Exames ou a outras entidades, caso assim a lei ou os regulamentos determinem;
 - A receção das provas, seu registo e produção de pautas;
 - A responsabilidade de executar todas as tarefas inerentes a este órgão e que decorram da legislação nacional ou de outras instruções específicas.

Artigo 40.º

Regime de Faltas dos Alunos

Os alunos têm o dever de frequência da escolaridade obrigatória, sendo responsáveis pelo cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade. Os encarregados de educação são responsáveis, conjuntamente com aqueles, pelo cumprimento desse dever. O dever de assiduidade e pontualidade implica a presença e a pontualidade dos alunos na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, munidos do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino. O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório em todas as atividades escolares letivas e não letivas em que participem ou devam participar.

Falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessário.

As faltas serão registadas pelo professor titular de turma, pelo professor responsável pela aula ou atividade ou pelo diretor de turma em suportes administrativos adequados.



Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, as faltas são registadas pelos tempos de ausência do aluno.

1. Consideram-se justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos (estatuto do aluno e ética escolar, Lei n.º 51/2012 de 5 de setembro):

- Doença do aluno, devendo esta ser declarada por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis;
- Isolamento profilático determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
- Falecimento de familiar durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar, previsto no regime de contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- Nascimento de irmão do aluno, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
- Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
- Participação em atividades associativas, nos termos da lei;
- Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição nos termos legais aplicáveis (Estatuto do aluno e ética escolar);
- Outro facto impeditivo da presença no jardim-escola, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno ou seja, justificadamente, considerado atendível pelo professor titular de turma e pelo diretor;
- Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita.

A justificação das faltas de pontualidade do aluno e/ou resultantes da sua comparência sem o material didático e/ou outro equipamento indispensáveis terão que ser feitas por escrito, pois são equiparadas a faltas de presença.

O pedido de justificação de faltas é apresentado por escrito pelo encarregado de educação ao professor titular de turma, com indicação do dia, da hora e da atividade em que a falta ocorreu, referenciando-se os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar.



O professor titular de turma pode solicitar ao encarregado de educação os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade, que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.

As faltas injustificadas são todas aquelas resultantes de medidas disciplinares e sancionatórias para as quais não tenham sido apresentadas justificações ou quando a justificação apresentada tenha sido fora de prazo ou não tenha sido aceite.

Em cada ano letivo, as faltas injustificadas não podem exceder dez dias, seguidos ou interpolados. Quando for atingido metade do limite de faltas, os encarregados de educação serão convocados, por escrito, pelo professor titular de turma. A notificação referida anteriormente deve alertar para as consequências da violação do limite de faltas injustificadas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.

Caso isso se revele impraticável, por motivos não imputáveis ao jardim-escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, deve ser informada a respetiva comissão de proteção de crianças do excesso de faltas do aluno, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.

Quando o aluno ultrapassa o limite de faltas na disciplina ou disciplinas deverá realizar uma prova de recuperação, na(s) mesma(s), decidida pelo professor titular de turma.

Quando o aluno não obtém aprovação na referida prova, o conselho de docentes pondera a justificação ou injustificação das faltas dadas, o período letivo e o momento em que a realização da mesma ocorreu e, sendo o caso, os resultados obtidos nas restantes disciplinas, podendo determinar:

- O cumprimento de um plano de acompanhamento especial e a consequente realização de uma nova prova;
- A retenção do aluno inserido no âmbito da escolaridade obrigatória consiste na sua manutenção, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta.

Com a aprovação do aluno na prova referida anteriormente, retoma o seu percurso escolar normal, sem prejuízo do que vier a ser decidido pela escola, em termos estritamente administrativos, relativamente ao número de faltas consideradas injustificadas.

A lei remete para as escolas o poder de decisão relativamente aos conteúdos contemplados na prova, bem como ao procedimento em relação à relevação de faltas, caso o aluno obtenha aprovação na prova.



Para os alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, a violação do limite de faltas injustificadas obriga assim ao cumprimento de atividades, a definir pela escola, que permitam recuperar atrasos na aprendizagem e/ou a integração escolar comunitária do aluno e pelas quais os alunos e os seus encarregados de educação são corresponsáveis. As atividades de recuperação das aprendizagens são decididas pelo professor titular de turma, definindo um plano individual de trabalho, que incidirá sobre o atraso das aprendizagens.

O recurso ao plano individual de trabalho previsto apenas pode ocorrer uma única vez no decurso de cada ano letivo. O cumprimento do plano individual de trabalho por parte do aluno realiza-se em período suplementar ao horário letivo, competindo ao conselho de docentes definir os termos da sua realização. O previsto não isenta o aluno da obrigação de cumprir o horário letivo da turma em que se encontra inserido. O plano individual de trabalho deve ser objeto de avaliação, nos termos a definir pelo conselho de docentes do jardim-escola.

O incumprimento reiterado do dever de assiduidade e/ou das atividades referidas anteriormente determina a retenção no ano de escolaridade que o aluno frequenta, de acordo com o artigo 21, da Lei n.º 51/2012, de 15 de setembro.

Dispensa de atividade física (Faltas justificadas)

O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações de atividade física.

O aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de Expressão e Educação Física e Motora. Sempre que, por razões devidamente fundamentadas, se encontre impossibilitado de estar presente no espaço onde decorre a mesma, deve ser encaminhado para um espaço em que seja pedagogicamente acompanhado (artigo 15.º, Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro).

Artigo 41.º

Medidas Disciplinares

Todas as medidas disciplinares prosseguem finalidades pedagógicas e preventivas, visando, de forma sustentada, a preservação da autoridade dos docentes e, de acordo com as suas funções, dos demais funcionários, o normal prosseguimento das atividades da escola, a correção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica do aluno, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.



Nenhuma medida disciplinar pode, por qualquer forma, ofender a integridade física, psíquica e moral do aluno, nem se revestir de natureza pecuniária.

As medidas disciplinares devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objetivos da sua educação e formação, no âmbito, tanto quanto possível, do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projeto educativo da escola. A violação de algum dos deveres previstos neste regulamento interno, que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades do jardim-escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui motivo para a aplicação de medida disciplinar.

O docente ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos suscetíveis de constituir problema disciplinar deve participá-lo imediatamente ao diretor do jardim-escola.

O aluno que presencie comportamentos agressivos ou outros deve comunicá-los imediatamente ao docente ou ao diretor do jardim-escola.

As medidas disciplinares consistirão em:

- Advertência verbal (consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno);
- Advertência escrita (a aplicação de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor titular, dando conhecimento da respetiva situação ao diretor do jardim-escola, por escrito, explicitando com a data da ocorrência e o relato fundamentado);
- Encaminhamento acompanhado do aluno para o gabinete do diretor;
- Atividades de integração na escola (traduzem-se no desempenho, pelo aluno que desenvolva comportamentos passíveis de serem qualificados como infração disciplinar grave, de um programa de tarefas de caráter pedagógico, que contribuam para o reforço da sua formação cívica, com a finalidade do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens. As tarefas referidas são executadas em horário não coincidente com as atividades letivas e nunca por prazo superior a quatro semanas).



O/A diretor/a deve convocar os encarregados de educação, ouvi-los, compreender a génese dos comportamentos, tendo como objetivo assegurar o supremo interesse do aluno, implementando um acompanhamento pedagógico adequado em corresponsabilização com os encarregados de educação. Deve encontrar com os encarregados de educação a melhor atitude, de modo a garantir que os comportamentos/attitudes do seu educando não se voltem a repetir.

Quando a situação ocorrida suscite dúvidas quanto à decisão a tomar, o Diretor do Jardim-Escola deve comunicar a situação, por escrito e devidamente fundamentada, à Direção da Associação de modo a obter uma resposta adequada em termos disciplinares.

O docente, no desenvolvimento do plano de trabalho da turma e no âmbito da sua autonomia pedagógica, é responsável pela regulação dos comportamentos na sala de aula, competindo-lhe a aplicação das medidas de prevenção e remediação que propiciem a realização do processo de ensino e aprendizagem num bom ambiente educativo, bem como a formação cívica dos alunos, de forma ao desenvolvimento equilibrado das suas personalidades, das suas capacidades de se relacionarem com outros, da plena integração na comunidade educativa e do sentido de responsabilidade.

No exercício da competência referida anteriormente, o docente, em articulação com o/a diretor/a do jardim-escola, pode aplicar a medida disciplinar de repreensão registada, averbando-se no respetivo processo individual, dando conhecimento ao encarregado de educação.

Compete ao/à diretor/a ou ao docente o acompanhamento do aluno na execução da medida disciplinar a que foi sujeito, devendo articular-se a atuação com os encarregados de educação, em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a corresponsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.

Os encarregados de educação devem, no decurso do processo disciplinar que incida sobre o seu educando, contribuir para o correto apuramento dos factos e, sendo aplicada medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da formação cívica do educando, com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens.

O cumprimento das medidas corretivas realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escolar ou fora dele, neste caso com acompanhamento dos encarregados de educação ou da entidade local ou localmente instalada, idónea e que assuma corresponsabilizar-se nos termos a definir em protocolo escrito celebrado nos termos previstos no regulamento interno da escola.



Artigo 42.º

Prestação de Serviços Educativos

No valor da mensalidade estão incluídas todas as atividades educativas que decorrem entre as 9h00 e as 17h30, contempladas nas planificações anuais, curriculares e extracurriculares de caráter obrigatório, os cuidados de higiene, as atividades lúdicas e socioeducativas, devidamente organizadas e a assistência medicamentosa (por solicitação dos encarregados de educação). Faz igualmente parte o reforço alimentar a meio da manhã, o almoço e o lanche.

Constituem serviços facultativos: as visitas de estudo; os espetáculos de teatro ou musicais (contratados a empresas externas à Associação de Jardins-Escolas João de Deus); e ateliês específicos escolhidos pelos pais de acordo com a lista aprovada anualmente por cada jardim-escola. Estes serviços facultativos, orientados por pessoal técnico especializado têm um custo variável.

Artigo 43.º

Atividades de Prolongamento

O horário das atividades de prolongamento decorre das 17h30 até às 19h00. Até às 18h00 o montante a pagar é de 15€ (quinze euros), por mês; até às 19h00 é de 32€ (trinta e dois euros), por mês. Os encarregados de educação que optarem pelas atividades de prolongamento diárias pagarão 1€ (um euro), até às 18h00 e 2€ (dois euros) até às 19h00, por cada dia.

Os encarregados de educação que optem durante este período pela frequência dos seus educandos em atividades não curriculares, ateliês específicos, pagarão as mesmas, de acordo com as tabelas existentes, propostas pela Direção da Associação. Na situação dos alunos frequentarem três dias dos ateliês, serão dispensados do pagamento referido no primeiro parágrafo.

As atividades de prolongamento serão organizadas por cada jardim-escola.

Após as 19h00, hora de fecho do jardim-escola, serão cobrados a todos os alunos 5€ (cinco euros) por cada 15 minutos passados e após as 20h00 serão cobrados 10€ (dez euros) por cada 15 minutos passados.

Artigo 44.º

Cálculo das Comparticipações Familiares

A comparticipação familiar mensal e os serviços prestados nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo estão indexados ao regime especial de preços definidos pela Portaria n.º 809/93 de 7 de setembro, que consiste:



- Na livre fixação dos preços e condições de aplicação por parte dos estabelecimentos de ensino;
- Na obrigatoriedade da divulgação, por parte dos estabelecimentos de ensino, da tabela completa de serviços obrigatórios e facultativos e do respetivo regulamento, nos termos adiante definidos.

A **comparticipação familiar** é o valor pago pelas famílias pela utilização dos serviços e equipamentos sociais, determinado em função da percentagem definida para cada resposta social, a aplicar sobre o rendimento *per capita* do agregado familiar.

Regras e definições para o cálculo da participação familiar

Agregado familiar

Para além do aluno, integra o agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, afinidade, ou outras situações similares, desde que vivam em economia comum, designadamente:

- a) Cônjuge, ou pessoa em união de facto há mais de dois anos;
- b) Parentes e afins maiores, na linha reta e na linha colateral, até ao 3.º grau;
- c) Parentes e afins menores na linha reta e na linha colateral;
- d) Tutores e pessoas a quem o aluno esteja confiado por decisão judicial ou administrativa;
- e) Adotados e tutelados pelo utente ou qualquer dos elementos do agregado familiar e crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa ao utente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar.

Na situação de pais separados, deve sempre ser solicitada declaração de sentença do tribunal com a regulação do poder parental e os moldes em que foi acordado.

Os pais separados de facto não estão obrigados a entregar a declaração de IRS em conjunto, sendo possível a apresentação da declaração de rendimentos em separado, segundo o n.º 2 do art.º 59.º do CIRS. Nesse sentido, caso os pais escolham entregar duas declarações separadamente, ambas devem ser consideradas para cálculo da participação familiar, apesar dos dependentes a seu cargo só poderem ser incluídos numa das duas declarações.

Na guarda partilhada, como a responsabilidade parental é conjunta, deverão ser consideradas as declarações de IRS de ambos os progenitores e a mensalidade dividida por ambos. Nestes casos, não é obrigatório o pagamento de pensão de alimentos, podendo o tribunal regular o poder parental nesse sentido quando existam grandes diferenças entre os rendimentos de ambos os progenitores.

Nas situações em que os pais estão a trabalhar no estrangeiro e que, para além de não apresentarem rendimentos ou despesas na declaração de IRS, ainda apresentam uma declaração em como se encontram desempregados no nosso país, não devem ser só considerados os rendimentos do agregado familiar com quem vive a criança, mas também será necessário a apresentação dos rendimentos dos familiares que residem no estrangeiro, pois eventualmente poderão ser estes a suportar a família financeiramente. No entanto, sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, e após efetuar as diligências que considere adequadas, a instituição pode convencionar o montante da comparticipação familiar até ao limite da comparticipação familiar máxima.

Rendimento Bruto anual do agregado familiar

Para efeitos de determinação do montante de Rendimento Bruto anual do Agregado Familiar (R), consideram-se os seguintes rendimentos:

- a) Trabalho dependente;
- b) Trabalho independente – rendimentos empresariais e profissionais;
- c) Pensões – de velhice, invalidez, sobrevivência, aposentação, reforma ou outras idênticas, rendas temporárias ou vitalícias, prestações a cargo de Seguradoras ou de fundos de pensões e pensões de alimentos;
- d) Prestações sociais, nomeadamente os subsídios de parentalidade (exceto as atribuídas por encargos familiares e deficiência);
- e) Bolsas de estudo e formação tais como as bolsas de investigação (exceto as atribuídas para frequência e conclusão, até ao grau de licenciatura);
- f) Prediais;
- g) Capitais;
- h) Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo Tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida). São consideradas “outras fontes de rendimento”, aquelas que não se inserem nas outras categorias e que constituem fontes de rendimento, como por exemplo as mais-valias.

Para os rendimentos empresariais e profissionais no âmbito do regime simplificado é considerado o montante anual resultante da aplicação dos coeficientes previstos no Código do IRS ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e de serviços prestados.

Consideram-se rendimentos prediais os rendimentos definidos no artigo 8.º do Código do IRS, designadamente, as rendas dos prédios rústicos, urbanos e mistos, pagas ou colocadas à



disposição dos respetivos titulares, bem como as importâncias relativas à cedência do uso do prédio ou de parte dele e aos serviços relacionados com aquela cedência, a diferença auferida pelo sublocador entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio, à cedência do uso, total ou parcial, de bens imóveis e a cedência de partes comuns de prédios.

Consideram-se rendimentos de capitais, os rendimentos definidos no artigo 5.º do Código do IRS, designadamente, os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros.

Despesas do agregado familiar

Para efeitos de determinação do montante de rendimento disponível do agregado familiar, consideram-se as seguintes despesas fixas: **C** = total de contribuições pagas à segurança social, **I** = total de impostos sobre o rendimento pago [No imposto sobre o rendimento, será considerado o imposto efetivamente pago, ou seja, o valor constante na nota de liquidação de IRS, a coleta líquida], **H** = encargos anuais com habitação (limitada a 2.095,00€), **S** = despesas de saúde não reembolsadas.

Ao rendimento bruto anual do agregado familiar, a considerar para o efeito previsto no Despacho n.º 6514, de 2009, são deduzidos os valores discriminados C. I. H. e S. sempre em referência ao ano civil imediatamente anterior.

Cálculo para apuramento do montante de rendimento *per capita* mensal, do agregado familiar

O rendimento *per capita* mensal é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = [R - (C + I + H + S)] / (12N)$$

Sendo:

RC = rendimento *per capita*;

R = rendimento bruto anual do agregado familiar;

C = total de contribuições pagas à segurança social;

I = total de impostos sobre o rendimento pago (no imposto sobre o rendimento, será considerado o imposto efetivamente pago, ou seja, o valor constante na nota de liquidação de IRS, a coleta líquida);

H = encargos anuais com habitação (limitada a 2.095,00€);

S = despesas de saúde não reembolsadas;

N = número de pessoas que compõem o agregado familiar.

Os rendimentos *per capita* apresentados na tabela de preços são os estabelecidos nos despachos do Secretário de Estado da Educação, publicados anualmente pelo Ministério da Educação. No presente ano letivo está em vigor a Portaria n.º 151/2011, de 8 de abril, e o Despacho n.º 6514, de 2009, que determina os valores dos escalões de rendimentos *per capita*, anuidade média e percentagens de apoio às famílias no âmbito dos contratos simples.

Prova dos rendimentos e das despesas

A prova dos rendimentos do agregado familiar é feita mediante a apresentação da declaração de IRS (modelo 3) e respetiva nota de liquidação do ano civil anterior de todos os membros do agregado familiar.

Serão ainda aceites outros documentos ou dados de natureza económica e financeira, comprovativos da real situação do agregado, que permitam o cálculo da comparticipação familiar da forma mais correta possível. Esta prova de rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos probatórios, legais, adequados e credíveis, designadamente outros de natureza fiscal.

Sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, e após efetuarem as diligências que se considerarem adequadas, a instituição pode convencionar um montante de comparticipação familiar até ao limite da comparticipação familiar máxima.

A falta da prova de rendimentos ou a opção da sua não entrega, no prazo concedido para o efeito, determina a fixação da comparticipação familiar máxima.

Nas situações em que não existe informação fiscal completa do ano anterior, faz-se uma anualização do rendimento com base na informação de que se dispõe relativa ao ano em curso ou ano imediatamente anterior, extrapola-se a informação existente para uma estimativa de 12 meses. Esta regra aplica-se às situações em que, no ano anterior, algum dos membros do agregado familiar esteve em situação de desemprego ou viveu durante um período ou todo o ano no estrangeiro e não declarou rendimentos em Portugal.

Redução da comparticipação familiar

Se um aluno faltar por um determinado período de tempo, os encarregados de educação terão que assumir os custos integrais da não frequência.

Revisão da comparticipação familiar

As comparticipações familiares, em regra, são objeto de revisão/atualização anual, a efetuar no início do ano letivo ou no início do ano civil.



Apuramento do montante da comparticipação familiar

O valor das comparticipações familiares é um valor fixo em função do rendimento *per capita* mensal do agregado familiar.

Para determinação da comparticipação familiar pela utilização dos equipamentos e serviços, o agregado familiar, de acordo com o rendimento *per capita* mensal apurado, é posicionado num dos seguintes escalões.

TABELA DE CÁLCULO DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES

Escalões	Capitação Familiar	Mensalidade
1.º	Até 107,24€	57,50€
2.º	De 107,25€ a 124,99€	100,00€
3.º	De 125,00€ a 145,57€	152,70€
4.º	De 145,58€ a 209,82€	162,14€
5.º	De 209,83€ a 307,11€	192,39€
6.º	De 307,12€ a 541,08€	202,30€
7.º	De 541,09€ a 791,10€	255,00€
8.º	Mais de 791,10€	330,00€

No início de cada época de matrículas, será fornecida uma tabela de preços que estará em vigor durante todo o ano letivo e exposta em lugar visível, para que todos os encarregados de educação dela tomem conhecimento, não podendo estes, por isso, invocar o seu desconhecimento.

A tabela de mensalidades acima apresentada está concebida no sentido de apoiar as famílias de menores recursos financeiros até ao recebimento dos subsídios designados por contratos simples. O acerto de contas será efetuado no final de cada ano escolar.

Os agregados familiares enquadrados nos 1.º a 6.º escalão ficam obrigados a apresentar todos os elementos necessários às candidaturas dos apoios do Estado designados por contratos simples.

Também os agregados familiares enquadrados nos 1.º ao 6.º escalão deverão efetuar o acerto de contas com a Instituição logo que se verifique o recebimento do apoio designado por contratos simples. O acerto de contas, atrás indicado, consiste no apuramento da diferença que se verificar entre anuidade máxima definida pela direção, na tabela de preços, e as mensalidades pagas durante o ano escolar e o valor do subsídio atribuído ao seu escalão.



Sempre que as diferenças sejam positivas, o valor recebido do Ministério da Educação para apoio à família será incluído no recibo de mensalidades. Na situação em que os valores recebidos sejam superiores ao da mensalidade máxima, a diferença será devolvida aos pais.

No 1.º Ciclo, os contratos simples são um apoio financeiro atribuído pelo Ministério da Educação às famílias que optem por colocar os seus educandos no Ensino Particular e Cooperativo.

Nessa conformidade, todas as crianças deveriam pagar a mensalidade máxima e o Ministério da Educação, de acordo com o rendimento declarado pelo agregado familiar, atribuir à família um determinado valor. Como estas verbas do Ministério da Educação são processadas, por regra, em duas ou mais tranches, obrigam as famílias a terem de suportar o encargo do educando enquanto não recebem a verba a que têm direito. De forma a facilitar as famílias que se candidatam a esse apoio, a Associação de Jardins-Escolas João de Deus adianta o valor às famílias, fazendo, posteriormente, e em conformidade com a legislação, o acerto de contas.

Na medida em que o Ministério da Educação, nos últimos anos, deixou de estabelecer novos contratos simples com o objetivo de apoiar as famílias que optam por colocar os seus filhos ou educandos no Ensino Particular e Cooperativo, a Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus, por forma a garantir a viabilidade financeira desta valência, criou nestes estabelecimentos uma tabela de comparticipação familiar específica:

Escalões	Rendimento Per Capita	comparticipação familiar
1.º	Até 307,11€	200,00€
2.º	De 307,12€ a 541,08€	255,00€
3.º	De 541,09€ a 791,10€	310,00€
4.º	A partir de 791,11€	330,00€

Artigo 45.º

Pagamento de Frequência

A comparticipação familiar anual corresponde ao pagamento da matrícula (de valor igual às restantes mensalidades) e o restante valor da anuidade em 11 mensalidades.

Formas e datas de Pagamento:

- A matrícula tem que ser paga entre os meses de abril e junho;
- As 11 mensalidades são pagas entre setembro e junho. A mensalidade de julho tem que ser paga em décimos de setembro a junho, caso os encarregados de educação concordem com esta opção;



- Se o pagamento da anuidade for efetuado numa única prestação, haverá lugar a um desconto de 2,5% sobre o valor total das mensalidades e da matrícula, tendo o pagamento de ser efetuado até ao final do mês de setembro do ano letivo em curso.

O pagamento das mensalidades deverá ser efetuado até ao dia 10 do mês a que diz respeito, com exceção do mês de setembro, em que o pagamento pode ser feito até ao dia 20. Caso o último dia para pagamento coincida com fim de semana ou dia feriado, o termo do prazo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

A partir do dia seguinte à data limite de pagamento e de acordo com a tabela de mensalidades de 2015/2016, é aplicada uma penalização correspondente a 5% do valor de cada mensalidade em falta, até ao pagamento integral estar regularizado.

A assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educativos é obrigatória e visa regular as obrigações e direitos dos alunos, dos encarregados de educação e da instituição.

No momento da admissão, os alunos que não tenham irmãos a frequentar o centro educativo terão de pagar a matrícula no ato da mesma, só ficando a matrícula validada após o pagamento.

Todos os restantes alunos deverão efetuar o pagamento da matrícula entre os meses de abril e junho, anteriores ao ano letivo que pretendem frequentar.

Os serviços facultativos, a cargo dos encarregados de educação, têm que constar do recibo da comparticipação mensal do aluno. O preço destas atividades escolhidas pelos encarregados de educação deve ser definido por cada centro educativo e comunicado aos encarregados de educação no início de cada ano letivo. O funcionamento destas atividades dependerá do número de alunos inscritos para o efeito.

Existe uma redução de 15% na comparticipação familiar no escalão da tabela correspondente à valência do aluno, sempre que se verifique a frequência, no mesmo estabelecimento de ensino, por mais um elemento do agregado familiar. Esta dedução recai apenas sobre as mensalidades do último aluno a entrar e a partir do 2.º aluno.

Os pagamentos poderão ser efetuados na secretaria, através de cheque, numerário, multibanco ou *ticket* educação, dependendo de cada centro educativo. No caso dos cheques, estes serão cruzados e emitidos à ordem do respetivo jardim-escola.

Sempre que os pagamentos sejam realizados por transferência bancária ou depósito bancário, deverá constar dos mesmos o número e nome da criança, e o respetivo comprovativo de pagamento terá de ser entregue na secretaria, por fax ou correio eletrónico até ao limite de 5 dias após a data do mesmo. Na falta do comprovativo de pagamento por transferência ou depósito bancário, considera-se o pagamento como não tendo sido efetuado.

Após comprovativo de boa cobrança, o centro educativo emitirá um recibo e anualmente uma declaração para efeitos de IRS com o valor pago à Instituição, nos termos legais.

Perante ausências de pagamento superiores a noventa dias, a Instituição reserva-se o direito de suspender a frequência do aluno, até serem regularizadas as participações em atraso. Após ser realizada uma análise individual do caso, a Direção da Associação de Jardins-Escolas João de Deus poderá decidir a permanência do aluno a título excepcional.

Artigo 46.º

Condições de Cessação e Rescisão Contratual

Para a anulação da matrícula, a Direção do Jardim-Escola deverá ser informada, por escrito, com pelo menos um mês de antecedência. Se ocorrer a desistência de um aluno após o pagamento da matrícula ou no decorrer do ano letivo, os montantes pagos não são reembolsados.

Artigo 47.º

Considerações Finais

- Num permanente processo de melhoria, ao presente regulamento interno podem ser introduzidas alterações no início de cada ano letivo.
- Casos não contemplados no presente regulamento interno serão resolvidos pela Direção da Associação dos Jardins-Escolas João de Deus.
- Este regulamento interno deve ser lido e assumido por cada aluno, seus encarregados de educação e todos os colaboradores dos jardins-escolas.
- A todos os docentes e não docentes compete cumprir e fazer cumprir este regulamento interno.
- O Regulamento Interno, o Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades e os Critérios de Avaliação poderão ser consultados, em qualquer momento, na secretaria do jardim-escola.
- O encarregado de educação deve preencher e assinar a ficha de admissão, que lhe é facultada, em que assume conhecer e cumprir o regulamento interno.
- Cabe à Direção de cada jardim-escola o envio do regulamento interno ao respetivo Centro Distrital de Segurança Social e à respetiva Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

O Presidente da Direção
Prof. Doutor António Ponces de Carvalho



HINO JOÃO DE DEUS

Somos os filhos de João de Deus,
Como os anjinhos que cantam nos céus.
Vamos p'ra aula a cantar,
aprender sem se notar
e a brincar, a brincar,
já sei o A, E, I, O U...
O recreio vem sempre no meio
da lição, que sai do coração!

Somos crianças cheias de alegria,
nossas mãozinhas já têm magia.
Já fiz um carro de barro,
um coração de cartão
e a brincar, a brincar,
já sei o A, E, I, O...
...O encanto do Jardim-Escola,
é saltar, rir e jogar à bola!

Findou o dia, vamos regressar,
vestir casacos, vamos para o lar!
Lá nos espera, também,
outro regaço da mãe, para beijar,
e ouvir dizer o A, E, I, O U...
...Os meninos serão sempre teus
Pela vida fora... João de Deus!

Versão original, letra e música de Rui Guedes.

Associação de Jardins-Escolas João de Deus

www.joaodeus.com

associacao@escolasjoaodeus.pt

Av. Álvares Cabral, 69 | 1250-017 LISBOA

Tel.: +351 21 396 08 54 | **Fax:** +351 21 396 41 82